



Anais da Assembléia

N. 106

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 29 DE SETEMBRO DE 1987

ANO XLII

1. SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 89.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 1.987
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pela Sra. Deputada Amélia Hruschka e pelo Senhor Deputado Lindolfo Júnior.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Felinto, Luiz Antônio Setti, Nelson Vasconcellos e Rafael Greca (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Solicito verificação de votação da Ata, Senhor Presidente.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Senhor Presidente, eu requiro a chamada no-

minal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa defere e solicita a Senhora Secretária que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

Trinta e quatro Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

Há "quorum" para deliberação.

A presidência irá proceder à verificação de votação, atendendo solicitação do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

(É procedida à verificação de votação).
Aprovada a Ata.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Pelo presente tenho a satisfação de indicar o Excelentíssimo Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto, como membro da CPI que apurará as denúncias de corrupção em relação ao futebol, representando o Partido da Frente Liberal.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Indico o nobre Deputado Valderi Mendes Vilela para compor a comissão que irá à Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja retirado da Ordem do Dia, pelo prazo de 10 sessões, o Projeto de Lei n. 56/87.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma das disposições regimentais, REQUER à Mesa da Assembléia, após ouvido o Plenário:

a) Audiência da Comissão de Educação para as emendas apresentadas, em 3.ª discussão, ao Projeto de Lei n. 53/87;

b) Adiamento de discussão, por duas sessões, do mesmo Projeto, para que receba audiência da Comissão de Educação.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno da Casa, após ouvido o Plenário, dispensa da Discussão e Votação da Redação Final para o Projeto de Lei n. 219/87, aprovado na sessão do dia 28 do corrente mês, já que o mesmo não sofreu emendas.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, dispensa da Discussão e Votação da Redação Final para todos os Projetos aprovados na sessão de hoje, em 3.ª Discussão, e que não sofreram emendas nas suas tramitações.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o encerramento da Discussão do Projeto de Lei n. 53/87.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário seja formada uma Comissão de 8 membros deste Poder para atuar como observadora na cidade de Foz do Iguaçu, tendo em vista os recentes acontecimentos naquela cidade envolvendo trabalhadores e forças do Exército Nacional.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) PAULO FURIATTI

JUSTIFICATIVA.

Os recentes acontecimentos na cidade de Foz do Iguaçu envolvendo trabalhadores e forças do Exército se reveste de gravidade cujos atos não se justificam. Este Parlamento não pode omitir-se neste momento, pois o aparato montado com a justifi-

cativa de proteger a empresa Itaipu, longe de representar uma preocupação específica, mais parece uma operação daqueles que desejam ardentemente a volta de um passado tão condenado pela população brasileira.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja prorrogado por 20 dias, a partir da data de 06 de outubro do corrente ano, a Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades na merenda escolar da FUNDEPAR, para as conclusões do relatório final.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) NILTON BARBOSA

Presidente da CPI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção de voto de pesar pelo falecimento de Antônio Luiz Teixeira, Ceres Marli Gottardi Gobb Teixeira e Felipe Teixeira, respectivamente genro, filha e neto do funcionário deste Poder, Luiz Fernando Gottardi.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de voto de profundo pesar, pelo passamento do Senhor Ernesto Degraf, nascido a 09 de setembro de 1924, casado com a Senhora Edite Degraf, o qual ocorreu no dia 29 de setembro em curso, na cidade de Ponta Grossa. Deixa os seguintes filhos: Marcia, Jovani, Jeanini, Miraci, Eliane e Ernesto Filho, além de seis netos.

Pertencente à tradicional família pontagrossense, o Senhor Ernesto Degraf era Empresário e dentre suas unidades destaque-se as Organizações Degraf, o Supermercado Degraf e outras indústrias, gozando do mais alto conceito junto à comunidade, tendo ao longo de sua existência prestado relevante contribuição ao desenvolvimento do Município e, por extensão, ao Paraná.

O prematuro passamento do amigo, esposo dedicado e pai exemplar Ernesto Defraf, veio abalar de forma profunda a sociedade pontagrossense, onde era admirado pelos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Av. Ernesto Vilela, n. 1004 -

Curitiba, terça, em 29.09.87

Bloco "B" - Apto. 9 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Abílio Simionato, nascido em 22 de novembro de 1918, casado com a Senhora Erminia Simionato, o qual ocorreu no dia 28 de setembro em curso, na cidade de Ponta Grossa. Deixa os seguintes filhos: Neiva, Ernani, Clisceu e Clirio.

Homem pertencente à tradicional família pontagrossense, o Sr. Abílio Simionato sempre foi merecedor do mais alto conceito junto à comunidade, tendo ao longo de sua vida prestado relevante contribuição ao desenvolvimento do Município e, em consequência, ao Paraná.

O passamento do amigo, esposo dedicado e pai modelar Abílio Simionato, veio abalar de forma profunda a sociedade pontagrossense, onde era admirado pelos muitos amigos que possuía.

Desta decisão, REQUER, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Generoso Martins de Araújo, n. 1509 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado voto de pesar aos familiares do Senhor Saul Caldas, falecido na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 29.09.87

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O falecido Senhor Saul Caldas contribuiu ao longo de sua vida com o progresso e o crescimento de Campo Mourão. Como trabalhador e pai de família, foi homem exemplar, merecedor de todo o nosso respeito e nossa admiração. Por este motivo, solicitamos voto de pesar aos seus familiares (Av. Manoel Mendes de Camargo, n. 1030, ap. 2 - Campo Mourão), para demonstrar o nosso reconhecimento pelo seu exemplo e a nossa dor pelo seu passamento prematuro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma das disposições regimentais, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da presente Sessão de

votos de pesar pelo falecimento da Senhora Marli Gotardi Teixeira, Antonio Luiz Teixeira e Felipe Gotardi Teixeira, respectivamente, filha, genro e neto do funcionário desta Casa, Senhor Luiz Fernando Gotardi.

O infausto acontecimento que enlutou a família do funcionário e amigo do Deputado requerente, teve origem em lamentável acidente ocorrido na via rápida do bairro Santa Cândida.

REQUER, ainda, uma vez aprovada a presente proposição, seja dado conhecimento da mesma à família enlutada, através do funcionário Luiz Fernando Gotardi.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações à "Gazeta do Povo", pela conquista do Prêmio Mérito Lojista 1987 - Área de Comunicação.

REQUER, ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor da Gazeta do Povo, para que receba e transmita a todos os seus companheiros de Diretoria bem como a toda a equipe de funcionários do jornal.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Prêmio Mérito Lojista 1987 - Área de Comunicação conquistado pela "Gazeta do Povo" representa uma honraria que orgulha a todos os paranaenses, porque o trabalho realizado em todo o Estado, nos mais diversos segmentos da sociedade, tem por objetivo elevar cada vez mais alto no conceito nacional o nome do Paraná, de suas instituições, de seus organismos empresariais e de seus veículos de comunicação.

Particularmente, para o Jornal é mais um prêmio ao esforço, ao trabalho sério e à dedicação.

É um prêmio - justo e merecido - ao tirocínio, à visão e ao desprendido trabalho do Diretor Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, de seus companheiros de diretoria e de toda a equipe de funcionários do jornal.

A Assembléia Legislativa, como instituição de representação política popular, sente-se no dever de associar-se aos cumprimentos dirigidos à Gazeta do Povo; sente-se orgulhosa de partilhar a alegria do jornal e de todos aqueles que nesse veículo labutam diariamente. A melhor maneira de se transmitir essa manifestação, é aprovando este voto de congratulações,

para o que conta com o apoio de todos os Senhores Deputados.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações ao Município de Mamborê pela passagem do 27º aniversário de sua emancipação política administrativa. Município este que vem apresentando um ritmo acelerado de progresso, contribuindo de forma expressiva para o desenvolvimento do Estado paranaense.

REQUER, outrossim, que se dê ciência da decisão da Casa ao Excelentíssimo Prefeito Ivo Brunetti.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, garantidas pela Constituição Federal em vigor, obedecendo as normas contidas no Regimento Interno, após ouvido o Douto Plenário, e considerando as razões expendidas, REQUER, sejam inseridos na Ata dos trabalhos da presente sessão, nossos votos de congratulações pela passagem do aniversário de emancipação política do Município de SALTO DO ITARARÉ, desejando àquele povo trabalhador e seus dirigentes, felicidades, e que dentro dos princípios do Direito, prossigam em seus trabalhos até alcançar a paz e prosperidade desejada.

Requer, também, que do presente se dê conhecimento ao ilustre Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município apontado.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) VALDERI MENDES VILELA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações pela comemoração do "Dia da Secretária"(o), no dia 30 do corrente mês, profissional este que contribui de forma imprescindível para o bom desempenho dos trabalhos em geral. Ao mesmo tempo, Requer, um voto de apoio à movimentação para a criação de um sindicato próprio a estes profissionais, a fim de que possam subsistir como força de trabalho legalmente constituído, sob o ponto de vista político, de modo que suas reivindicações sejam mais efetivas e o conjunto de interesses melhor estabelecido.

Requer, ainda, que da decisão da Casa, se dê ciência à Associação dos Secretários

do Paraná e Profissional de Secretárias e Secretários.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de aplauso ao Senhor Amauri Antônio Ançai, por ter sido escolhido o "Operário 87 Paraná", proclamado durante o encerramento da campanha promovida pelo SESI.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa se dê ciência ao referido operário.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado que subscreve, REQUER à Egrégia Assembléia, após ouvido o Plenário, a inserção nos anais de voto de congratulações e apreço à Comunidade Israelita pela celebração do ano novo Judeu, nos dias 24 e 25 deste mês de setembro, e pela celebração do dia do Perdão- Yom Kipur - no próximo dia 3 de outubro.

Faça-se tal memória para significar, aos 5.748 anos da Criação do Mundo, segundo a ortodoxia da Antiga Aliança, o apreço dos poderes constituídos do Paraná pela herança venerável de Israel para a civilização do mundo. Apreço igualmente dedicado aos descendentes de israelitas que, na seara multi-étnica do nosso Paraná, semearam e hoje têm raízes.

Há que ser lembrada a contribuição de Israel para o edifício da civilização ocidental, desde os tempos heróicos em que os patriarcas e os profetas assentaram suas tendas de louvor ao Deus Único no deserto de horizontes pagãos, até as modernas lutas pós-holocausto, quando a Terra Santa repovoou-se em imensa seara de esperança.

Siga desde o recinto desta Assembléia, aos israelitas do Paraná e ao Embaixador de Israel no Brasil, nosso voto de Paz e Bem pelo novo ano, este voto que na língua ancestral se proclama ao som de: Shanato-vá!

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) RAFAEL GRECA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de Voto de Regozijo e congratulações, manifestados à Direção do Hospital Bom Jesus, nas pessoas da Irmã Filomena Procheira, sua Presiden-

te; Irmã Estefana Schiller, Superintendente; Irmã Matilde Gaiovis, Secretária; Irmã Maria Oliva Hlatchuk, Tesoureira; Senhor Moacir Aparecido dos Santos, Administrador; e Senhor Doutor Sebastião Cesar Mendes Tramontin, Diretor Clínico e demais integrantes do Quadro de Funcionários daquele renomado estabelecimento hospitalar, pela passagem dos seus "25 anos de Fundação", comemorado no decorrer deste exercício.

Requer, ainda, seja dada ciência àquela Direção, no seguinte endereço: Rua D. Pedro II, n° 108, Ponta Grossa- Pr.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Ao prestar esta homenagem à Direção do Hospital Bom Jesus, de Ponta Grossa e ao seu Quadro de funcionários, pela passagem dos seus "25 anos de Fundação", não poderia deixar este Parlamentar de enaltecer os relevantes serviços prestados por aquele estabelecimento à comunidade pontagrossense, figurando como entidade de significativa representatividade assistencial-filantrópica, prerrogativas essas que lhe conferem o excelente conceito de que goza junto à população local.

Nascido da iniciativa das ilustres figuras dos Senhores Dr. Bartholomeu Lisboa, Domingos Gnata, Mariano Schaffka, Sebastião Tramontin e dos de saudosa memória, Senhores Nicolau Schafranski e Vitor Novelein, sob a denominação de Domingos Gnata & Cia. Ltda., instituiu-se, em 1962, esse importante segmento hospitalar de Ponta Grossa.

Em 1966, sob a direção da Associação da Imaculada Virgem Maria, sua nova proprietária, investe-se na fase de reestruturação de seu espaço físico, de aprimoramento de seu sistema à nova realidade tecnológica da medicina e da implantação de equipamentos modernos, condição que se impunha pelas necessidades apresentadas.

Todo esse empenho deveu-se ao trabalho, à dedicação e, principalmente, ao espírito de perseverança daqueles que, com fé, fizeram desse honroso objetivo a missão de bem servir a coletividade.

Hoje, o Hospital Bom Jesus, constituiu-se, por excelência, um centro de afluência de usuários de toda a Região dos Campos Gerais, aos quais presta atendimento nas mais variadas especialidades médicas, através de um corpo Clínico de alto nível, inserindo-se, assim, em lugar de destaque na política de saúde, mas, acima de tudo, repretando a razão maior do orgulho da comunidade princesina.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao professor Ewaldo Podolan, Superintendente da FUNDEPAR, formulando apelo no sentido de que se proceda a doação de um microônibus para a Prefeitura Municipal de 1° de Maio, destinando-se a transportar alunos da Zona Rural para assistirem aulas na sede do Município.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da Café do Paraná, solicitando a concessão por determinado período, de um trator de esteiras para o Município de Kaloré.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

Kaloré caracteriza-se como um Município essencialmente agrícola, necessitando, assim, cada vez mais aprimorar as técnicas no setor, sendo para isso indispensável o maquinário apropriado à execução de curvas de nível, trabalho imprescindível para a preparação do solo.

O maquinário atualmente disponível é insuficiente para suprir as necessidades do Município, no que diz respeito à execução de curvas de nível, como já mencionamos, como também à construção de tanques para criação de peixes.

Deste modo, atendendo reivindicação da Câmara Municipal de Kaloré, que haja por parte deste órgão a concessão, pelo período que se fizer necessário, de um trator de esteiras, dando atenção, assim, às aspirações daquele Município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, solicitando a destinação de uma ambulância devidamente equipada para o Município de Cambira.

Sala das sessões, em 29.09.87.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

Esta reivindicação justifica-se pelo fato de ser de fundamental importância, que o Município possa contar com um veículo para o transporte de pessoas que precisam dispor de auxílio médico-hospitalar em outros centros urbanos, notadamente os que

têm poucos recursos financeiros.

Refere-se, ainda, o presente requerimento, a uma preocupação que vem ao encontro da iniciativa da Câmara Municipal de Cambira bem como aos reclamos do povo, dadas as dificuldades atualmente encontradas quando necessitam deslocar indivíduos com problemas de saúde, nem sempre possível, diante da falta de veículos.

Pelas razões que se apresentam, rogamos desta Pasta, a imediata liberação do aludido pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando viabilizar a inclusão do Município de UNIFLOR no projeto de Mutirão Habitacional.

Tal solicitação justifica-se plenamente, pois visa o atendimento às comunidades de baixa renda do Município.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Presidente da COHAPAR - Senhor Odeni Villaca Mongruel, solicitando viabilizar que, dentro do projeto de Mutirão Habitacional destinado ao Município de Maringá, seja incluído o Distrito de Floriano, com a construção de 50 unidades habitacionais.

Tal solicitação justifica-se plenamente por ser o Distrito de Floriano um dos mais atingidos pelo déficit de moradias e em vista de que as famílias de menor poder aquisitivo teriam condições de adquirir sua propriedade digna com o salário que recebem.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Presidente da COHAPAR, Senhor Odeni Villaca Mongruel, solicitando viabilizar que dentro do projeto de Mutirão Habitacional, nas habitações a serem executadas no Município de Maringá, seja incluído o Distrito de Iguatemi, com a construção mínima de 100 unidades.

Tal solicitação justifica-se plenamente por ser o Distrito de Iguatemi um dos que mais vem sendo atingidos pela carência

de moradias, e porque visa atender principalmente as famílias de menor poder aquisitivo e dar ao trabalhador a condição de adquirir moradias digna com o salário que recebe.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Presidente da COHAPAR, Senhor Odeni Villaca Mongruel, solicitando a viabilidade da inclusão do Município de Lobato no Projeto Mutirão Habitacional.

Tal solicitação justifica-se plenamente pois visa atender às comunidades de baixa renda do Município.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER seja encaminhado expediente ao Presidente da COHAPAR, Senhor Odeni Villaca Mongruel, solicitando viabilizar a inclusão do Município de Atalaia no Projeto de Mutirão Habitacional.

Tal solicitação justifica-se plenamente pois visa atender às comunidades de baixa renda do Município.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, seja encaminhado expediente ao Presidente da COHAPAR, Senhor Odeni Villaca Mongruel, solicitando viabilizar a inclusão do Município de Florai no Projeto Mutirão Habitacional.

Tal solicitação justifica-se plenamente pois visa o atendimento das comunidades de baixa renda do Município.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz Georg Herwig - Secretário de Estado dos Transportes, solicitando pavimentação asfáltica da rodovia que liga o município de Marechal Cândido Rondon a Toledo, via Dois Irmãos.

Sala das Sessões, em 29.09.87

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

A pavimentação asfáltica que se pretende está localizada no trecho compreendido entre o Município de Marechal Cândido Rondon a Toledo, passando pelo Distrito de Dois Irmãos.

É uma obra que está projetada há muito tempo, trata-se da continuidade da BR-467, complemento do chamado "corredor de exportação".

O incansável Vereador Elio Lino Rusch é o autor da presente solicitação, sempre visando o bem estar de todos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor César Benevides, Digníssimo Diretor Superintendente da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a Creche "Negrinho do Pastoreiro", da cidade de Boa Esperança.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Enquanto entidade que presta atendimento às crianças de Boa Esperança, a Creche "Negrinho do Pastoreiro" vem realizando um excelente trabalho, fruto da dedicação de seus mantenedores e funcionários. Entretanto, para ampliação do atendimento faz-se necessário um auxílio financeiro para a referida creche.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Ministro da Previdência Social, Senhor Raphael de Almeida Magalhães, a seguinte solicitação:

Adoção de medidas de amparo e benefício ao trabalhador rural, com aposentadoria não inferior ao salário mínimo.

Sala das Sessões, e 29.09.87.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se pelo fato de que as modificações introduzidas na legislação previdenciária, no que diz respeito à extensão de benefícios da previdência social ao trabalhador rural não foram de molde a adequar aos mesmos um amplo e completo atendimento médico-hospitalar.

Em virtude desse problema, sugerimos ao Senhor Ministro da Previdência Social

estudos no sentido de ser extensiva, aos trabalhadores do campo, a faculdade de poderem optar e receber tratamento médico, acesso a exames laboratoriais, além do internamento hospitalar puro e simples.

Esta reivindicação, se atendida, estaria beneficiando uma classe sacrificada e que muito tem colaborado para a grandeza de nossa Pátria.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Wilson de Andrade Ribeiro, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Creche "Sagrada Família" da cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche "Sagrada Família", de Campo Mourão, realiza um excelente trabalho no atendimento e assistência às crianças daquele Município, necessitando, porém, de auxílio financeiro para manter e melhorar o padrão de atendimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Douto Plenário, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Pública desta Casa de Lei, nobre Deputado Luiz Carlos Alborghetti, solicitando que se programe uma visita urgente à Delegacia de Polícia de Umuarama, visto o estado de calamidade em que se encontra aquele órgão de Estado.

Do aprovado, REQUER ainda, se dê ciência do solicitado ao Ilustre Delegado de Polícia, ao Presidente do Conselho de Segurança do município de Umuarama e ao Ilustre Vereador e Presidente do PFL na Câmara Municipal, Sebastião Calixto Barbosa.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

JUSTIFICATIVA:

É inadmissível o estado em que se encontram o prédio e as instalações da Delegacia de Polícia de Umuarama. Superpopulação de encarcerados, péssimas condições de higiene, com fossas abertas e vazando, falta de viaturas, de armamentos e péssimas condições de trabalho ao policial.

Isto tudo e muito mais, foi relatado e é de conhecimento do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, das principais lideranças daquele Município, ao ponto de

constituir urgentemente um Conselho Municipal de Segurança, com objetivo de promover denúncias junto ao Governo do Estado, às quais me associo através deste requerimento, e peço aos demais companheiros que também o façam, com objetivo de sensibilizar o Governador do Estado, Senhor Álvaro Dias e o Secretário de Segurança para urgentemente reparar, reformar e melhorar as condições dos policiais e dos presos daquele presídio. A solicitação da presença da Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa, da qual, com muita honra, faço parte, vem ao encontro de mais uma tentativa de resolver este problema.

Não vemos, como Parlamentar de Oposição, maneira mais adequada para sensibilizar os homens do Governo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após deliberação Plenária, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Jório Balster Magalhães e Silva, DD. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, IBC, solicitando-lhe medidas urgentes com respeito ao armazenamento de café na região de Maringá, em função da escassez de unidades armazenadoras, o que vem prejudicando sensivelmente os produtores da região.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

O Governo, através de plano elaborado recentemente, designou 13 unidades armazenadoras para receberem a produção de café de Maringá e região. Entretanto, somente quatro unidades estão em operação, sendo que, num ato ainda inexplicado pelo próprio Governo, foram locadas, através da CFP - Comissão de Financiamento da Produção - para terceiros.

O ato promovido pela CFP tem prejudicado muito os produtores, que são obrigados a entregar seus produtos distantes das Unidades Armazenadoras destinadas a recebê-los, desestabilizando-os em potencial, razão esta pela qual solicitamos as medidas que se fizerem necessárias para o esvaziamento dessas unidades locadas, dirigindo melhores facilidades a esses homens do campo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor Raphael de Almeida Magalhães, Ministro da Previdência Social, solicitando a instalação de uma Representação da Previdência Social no Município de Marmeleiro - PR.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

No momento em que se esboça na nova Constituição brasileira um capítulo que dedica especial atenção à seguridade social, pregando a melhoria à assistência dos segurados, parece-nos medida que comunga com estes objetivos a pleiteada instalação de Agência da Previdência Social no Município de Marmeleiro.

A inexistência de órgãos prestadores de serviços do INPS no Município de Marmeleiro obriga a população previdenciária lá residente, pessoas que durante a maior parte de suas vidas financiaram, muitas das quais ainda financiam a Previdência Social, a empreenderem caminhadas de muitos quilômetros para que possam ser atendidas em seus direitos. Destaque-se, aqui, que, normalmente, as pessoas que procuram os serviços da Previdência são justamente aquelas a quem é mais dificultoso o ato de se locomover - quer por questões de saúde, quer pela baixa remuneração percebida através de benefícios previdenciários.

Portanto, no momento em que se constrói uma constituição que se quer democrática, devemos praticar essa democracia, franqueando e facilitando o acesso de todo cidadão aos seus direitos em condições de igualdade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, integrante da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, com fulcro no artigo 131 do Regimento Interno expõe e REQUER o seguinte:

I - O Projeto de Resolução n. 51/87, (Projeto de Lei n. 32/86), destinado a autorizar o plebiscito com vista à criação do Município de Palmeirinha, com território desmembrado do Município de Guarapuava (Projeto de Lei n. 32/86), foi retirado da Ordem do Dia por decisão do Egrégio Plenário.

II - Entretanto, a referida proposição alcançou a fase constitutiva sem comprovar os requisitos indispensáveis, que se devem colher na etapa instrutória.

Com efeito, um dos indicadores básicos previstos pela Lei Complementar Federal n. 1/67 para a criação de município é a arrecadação na área respectiva de pelo menos cinco milésimos da receita tributária estadual, realizada no exercício antecedente. Ocorre que o documento acostado aos autos para demonstrar o atendimento dessa condição encontra-se incompleto. Falta computar alguns meses do exercício entre as parcelas de arrecadação fiscal, nele discriminadas.

De modo que, pelo menos, da forma como se apresenta, inexistente comprovação real da receita equivalente a cinco milésimos da efetivada pelo Estado naquele território, durante o ano de 1986.

Esta, segundo declaração firmada pelo Secretário de Estado da Fazenda atingiu o montante de Cz\$ 11.352.868.194,28 (onze bilhões, trezentos e cinquenta e dois milhões oitocentos e sessenta e oito mil cento e noventa e quatro cruzados e vinte e oito centavos).

Conseqüentemente, o percentual requerido pela Lei Complementar n. 1/67 é exatamente de Cz\$ 56.764.340,97 (cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, trezentos e quarenta cruzados e noventa e sete centavos). E no Projeto consta a arrecadação, na área emancipada, de apenas Cz\$ 1.760.498,94 (um milhão setecentos e sessenta mil, quatrocentos e noventa e oito cruzados e noventa e quatro centavos). Em redor de cinquenta milhões a menos.

Ora, em função dessa grave falha de construção, fica patente que o conteúdo desse tipo de processo não se reduz a aspectos meramente formalísticos. Certamente dotado de maior relevância, há nele componentes de cunho objetivo cuja essencialidade exige redobrado rigor. Por isso que as omissões ou insuficiências documentais implicam nulidades insanáveis no procedimento.

Nem foi por outro motivo que o legislador nacional incluiu esse fator financeiro no repertório de condições a serem preenchidas antes de se criar o município. Visou impedir a proliferação de municípios carentes de um mínimo de possibilidades econômicas capazes de assegurar-lhes a efetiva autonomia política. Há por todo o Brasil considerável número de Prefeitos circulando de pires na mão pelos órgãos oficiais pertencentes ao setor fazendário. Convém não contribuir para aumentar a procriação dos pedintes, tarefa, aliás, de todo inútil frente à enfática jurisprudência de nossos Tribunais.

III - Não bastasse esta ordem de preocupação, deve levar-se em conta que a Lei Complementar Estadual n. 27, de 08 de janeiro de 1986 (Lei Orgânica dos Municípios) no artigo 22, transfere ao novo Município a responsabilidade pelo pagamento das dívidas decorrentes de obras e serviços que beneficiaram exclusivamente seu território. Em outras palavras, sub-roga-se ela nas obrigações contraídas em seu favor pelo Município-matriz.

Põe-se ante o Legislador mais este exame consistente em avaliar o quadro de encargos que herdará e estimará sua jurisdição e a potencialidade do futuro Município no sentido de honrar tais compro-

missos sem hipotecar a sobrevivência independente.

IV - Existe, pois, mais de um motivo relevante para o Projeto de Resolução n. 51/87 (oriundo do Projeto de Lei n. 32/86), submeter-se à reapreciação dos ilustres membros da Comissão de Constituição e Justiça. Sem ela, a matéria não estará satisfatoriamente ilustrada acerca desses aspectos de suma importância.

Considere-se, ainda, que um Município criado sem os elementos mínimos legais representa para o Estado inevitáveis socorros extraordinários de caráter financeiro. É sobre o erário estadual, já tão sobrecarregado de compromissos inadiáveis, que, em última instância, repercutirão os efeitos perversos de ato mal constituído e gerado ao arrepio de uma legislação ditada por amarga experiência pretérita.

V - Isto posto e visando assegurar a regularidade regimental e jurídica do procedimento legislativo concernente ao Projeto de Resolução n. 51/87 (Projeto de Lei n. 32/86), o Deputado subscrevente, REQUER, do disposto no artigo 67 do Regimento Interno o seu encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça para o fim de serem apreciadas as assinaladas questões não abordadas no pronunciamento anterior, porém contidas na Lei Complementar Federal n. 1/67 e na Lei Orgânica dos Municípios.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes, Doutor Heinz Georg Herwig, solicitando pavimentação das seguintes estradas rurais:

- a) - Alvorada do Sul ao Ferry-Boat, numa distância de 7 Km;
- b) - Asfalto Alvorada do Sul a Porecatu, ligando Bairro Vermelho, numa distância de 5 Km;
- c) - Alvorada do Sul ao Bairro Serrinha, numa distância de 2 Km;
- d) - Alvorada do Sul ao Bairro Industrial, numa distância de 2 Km;
- e) - Alvorada do Sul a 1º de Maio - estrada que liga ao Bonitinho, numa distância de 4 Km;
- f) - Alvorada do Sul, ligando Bairro Serrinha ao Bairro Aquinha, numa distância de 5 Km;

O presente requerimento prende-se ao fato de que as vias de acesso acima descritas ligando Alvorada do Sul ao interior do Município, não se encontram em boas condições de tráfego e a medida proposta,

viria ao encontro de antigas reivindicações da população daquelas localidades.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Antônio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Segurança Pública, solicitando a doação de uma ambulância para o Instituto Médico Legal de Londrina.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Odeni Mongruel, Digníssimo Secretário Especial da Política Habitacional, solicitando a construção de 200 casas populares na sede do Município de 1º de Maio; 50 casas populares na sede do Distrito de Ibiaci e 50 casas populares na sede do Distrito de Vila Ghandi, ambos no Distrito de 1º de Maio.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja formulado apelo ao Excelentíssimo Senhor Antônio Lopes de Noronha, Digníssimo Secretário de Segurança Pública, no sentido de viabilizar a construção de Delegacia de Polícia e alocação de uma viatura, para a Polícia Militar da Sede do Município de Assaí.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Delcino Tavares da Silva, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, no sentido de que seja destinado um gabinete dentário para o Posto de Saúde de Assaí.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário do Trabalho e da Ação Social, Professor Rubens Bueno, solicitando a implantação de Escola Profissionalizante no Município de 1º de Maio.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Rubens Bueno, Digníssimo Secretário do Trabalho e da Ação Social, solicitando a doação de uma Vaca Mecânica para a Prefeitura Municipal de Centenário do Sul.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde Doutor Delcino Tavares da Silva, solicitando seja implantado laboratório de análises clínicas no Posto de Saúde do Município de 1º de Maio.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) HOMERO OGUIDO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Heinz Georg Herwig, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando asfaltamento da estrada que liga a cidade de Iretama a Luiziana, passando por Marilu e Rio Peixinho.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O asfaltamento do referido trecho trará melhorias no transporte de passageiros e da produção agrícola da região. Essa reivindicação foi feita por meio da Câmara Municipal de Campo Mourão, através dos Vereadores Nelson Abrão dos Santos e Nelson José Tureck, traduzindo o anseio da comunidade daquela região de expressiva produtividade agrícola.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER,

após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Doutor Roque Piragine, Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná, solicitando a adoção de medidas visando minimizar o problema de abastecimento de água em Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

O abastecimento de água em Jacarezinho vem se agravando dia a dia, ora pelo derramamento de lixívia no Rio Jacaré, que abastece a cidade, proveniente da usina de álcool situada a montante do ponto de captação, ora pela sensível diminuição da vazante do Rio, concluindo por solicitar que a concessionária reative as instalações da antiga fonte de captação da "barragem" desmontada pela SANEPAR e que funciona desde 1935, ou que se dê início às obras de captação d'água a partir do caudaloso Rio Paranapanema, próximo a cidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de expediente ao Presidente da SANEPAR, Dr. Roque Piragine, solicitando a adoção de medidas urgentes para a normalização do abastecimento de Água do Bairro Aeroporto, em Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) LUIZ ANTÔNIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

O bairro Aeroporto destaca-se pelo expressivo número de famílias que nele residem, portanto, é necessário que recebam melhores atenções, principalmente no que diz respeito ao setor de serviços básicos, como por exemplo, um sistema de abastecimento de água que forneça maior segurança à saúde dos seus habitantes, tendo em vista a dificuldade por não possuírem água potável em suas residências.

Pelos motivos expostos, aguarda-se um pronunciamento favorável sobre o assunto, através da adoção de medidas desejadas por aquela comunidade.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Mário Lopes dos Santos, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça e ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, no sentido de estudo para a viabilidade da elevação da Comarca de Umuarama para Entrância Final.

Do aprovado, REQUER, ainda, que se dê ciência aos Ilustres Senhores; Doutor Mu-

rilo Lopes Buchmann (rua João Guilherme Guimarães, 1304, nesta Capital), e ao Vereador Massachi Mariushi, Câmara Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social, solicitando a destinação de Cz\$.... 600.000,00 (seiscentos mil cruzados), para o município de Primeiro de Maio, cuja aplicação destinar-se-á a programas de ação social.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) HOMERO OGUIDO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Presidente da Companhia de Habitação Popular de Curitiba, COHAB - CT, Dr. Sérgio Norberto Ferreira Ritzmann, no sentido de viabilizar a construção de 50 casas populares no município de Colombo.

A identificação da área disponível e demais informações necessárias para a viabilização do empreendimento poderão ser obtidos através de consulta ao Sr. Prefeito Municipal, Senhor Lordes Geraldo.

Devido ao déficit habitacional verificado no Município em questão, tenho certeza que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que essas casas viriam a atender famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para a aquisição de um imóvel residencial.

REQUER, ainda, seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional e Diretor-Presidente da COHAPAR, Dr. Odeni Villaca Mongrual, no sentido de viabilizar a construção de 50 casas populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, via COHAPAR, no município da Lapa.

A identificação da área disponível e

demaís informações necessárias para a viabilização do empreendimento poderão ser obtidos através de consulta ao Sr. Prefeito Municipal, Senhor Wilson Moreira Montenegro.

Devido ao déficit habitacional verificado no Município em questão, tenho certeza que a municipalidade terá o maior interesse na medida e não poupará esforços no sentido de viabilizá-la, haja vista que essas casas viriam a atender famílias de baixa renda, que não dispõem de outro meio para a aquisição de um imóvel residencial.

REQUER, ainda, seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município em questão.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente, contendo apelo, ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, no sentido de que se construa uma ponte ligando o município de Capanema ao município Argentino de Almirante Bruhn.

REQUER, outrossim, que do presente se dê ciência ao Senhor Marcelino Ampessam, Presidente da Câmara Municipal de Capanema.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

JUSTIFICATIVA:

O Deputado que este subscreve dirige este apelo embasado no Requerimento nº 124/87 do Vereador Marcelino Ampessam, Presidente da Câmara Municipal de Capanema, aprovado por unanimidade em Sessão Plenária em 09 de junho do corrente ano, cuja justificação transcreveremos por oportuno:

"Em momento de inspiração e de verdadeiro vanguardista, o Vereador Ivanir José Ferronato fez requerimento pedindo um passadouro sobre o Rio Santo Antônio, interligando Capanema a Almirante Bruhn. Foi até criticado. Mas sua idéia rendeu frutos, porque do lado Argentino também surgiu a brilhante idéia e quando se encontraram os Governadores do Paraná e Missio- nes, José Richa e Afonso Arrachea, respectivamente, em Santo Antônio do Sudoeste, a intenção foi formalizada e pouco tempo depois os argentinos, mais apressados, determinaram o local exato, e aqui em Capanema, em encontro entre o Intendente e Vereadores, bem como do Prefeito e Vereadores de Capanema, a intenção foi ratificada, partindo-se daí as novas reivindicações do lado brasileiro; e os argentinos do lado de lá.

Parecia tudo estar indo muito bem, tendo até chegado ao nosso conhecimento que a Receita Federal esteve no local para escolher o lugar para a construção do seu posto.

O projeto está concluído por parte dos irmãos argentinos. O entusiasmo era geral.

Entretanto, entrou no páreo um município vizinho querendo a ponte em seu território, o que não agrada nada a Capanema e possivelmente aos argentinos, porque escolheram o lugar da ponte justamente nas proximidades da confluência de quatro rotas, como chamam lá as rodovias, e porque fica a apenas quatro quilômetros, digo, a menos de quatro quilômetros da nossa PR-T-163.

Daí o presente pedido para um Deputado que está isento de compromissos e de ânimo, que nos poderá ajudar em muito nesta nova batalha."

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Diretor-Presidente da Companhia de Saneamento do Estado do Paraná - SANEPAR, Senhor Roque Robinson Piragine, manifestando o nosso apoio à reivindicação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais, para que seja dada nova redação no art. XII da Resolução nº 1389 do Banco Central, que dispõe sobre o congelamento das operações de crédito com o setor público de saneamento.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A Resolução nº 1389 do Banco Central, congelou as operações de crédito com o setor público de saneamento feitas com repasses de instituições financeiras oficiais existentes em 30 de julho deste ano, até dezembro de 1987, prejudicando sensivelmente os trabalhos de melhorias de sistemas públicos de abastecimento de água, esgotamentos sanitários e drenagem urbana, refletindo diretamente nas condições de saúde da população brasileira.

As empresas responsáveis pelos serviços básicos de saneamento, preocupadas com a medida econômica do Banco Central, em detrimento do cumprimento das funções sociais a que se propõem, considerando que cerca de 20 milhões de brasileiros residentes nas áreas urbanas ainda não tiveram acesso aos serviços de abastecimento de água, e 70 milhões aos serviços de esgotamento sanitário, sem citar a quase ausência total na área rural, vieram de público alertar as autoridades responsáveis pela política de investimentos, no setor, para as razões adiante aduzidas:

1. O déficit público do setor de saneamento representa apenas e tão somente 1,4% do total do déficit público da União.

2. A remuneração dos serviços através da prática de tarifas reais ensejará a eliminação deste déficit em curtíssimo prazo. A grande dimensão social do setor, se confrontada com a pequena dimensão financeira demandada pelo setor, onde se utiliza intensivamente mão-de-obra não especializada, desde que alocados recursos necessários ao seu desenvolvimento, propiciará a geração de cerca de 100 mil novos empregos diretos ao ano, somente para a execução de redes de distribuição.

Diante das razões impostas, a AESBE propõe que seja dada nova redação ao art. XII da Resolução nº 1389 do Banco Central, a qual passaria a ter o seguinte texto:

"Não estão sujeitas ao congelamento de que trata a presente resolução as operações de crédito realizadas pela Caixa Econômica Federal, tanto através do SFS - Sistema Financeiro de Saneamento, destinadas à execução, ampliação e recuperação de presídios, bem como pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES, e suas subsidiárias com empresas estatais."

Também propõem que seja autorizada a prática de reajustes tarifários condizentes com a remuneração dos serviços pelos custos reais, à luz do que preconiza o Decreto nº 82.585, que regulamenta a Lei nº 6528, que dispõe sobre as tarifas públicas de saneamento básico.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

É por demais conhecida a grave situação em Foz do Iguaçu, por ocasião do movimento reivindicatório dos trabalhadores na construção civil de duas empreiteiras da Itaipu-Binacional.

A Polícia Militar do Paraná, segundo informações providas daquela Cidade, particularmente do Sindicato da categoria, participou e continua participando da repressão ao movimento, inclusive dificultando a locomoção dos moradores nas vilas residenciais, em conjunto com o efetivo do Exército brasileiro.

Diante do exposto, e após a manifestação do Plenário, REQUEIRO envio de telex ao Excelentíssimo Senhor Antônio Lopes Noronha, DD. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, solicitando providências no sentido de fazer cessar a repressão ao movimento dos trabalhadores naquele Município, inclusive garantindo o direito constitucional de ir e vir.

Teor do telex:

"Solicitamos providências imediatas de Vossa Excelência no sentido de fazer cessar a repressão injustificada ao legítimo

movimento dos trabalhadores na construção civil de Foz do Iguaçu. Garantia do direito constitucional de ir e vir aos trabalhadores e moradores das vilas residenciais destinadas aos empregados das empresas e da própria Itaipu-Binacional.

Atencionalmente.

Assembléia Legislativa do Estado do Paraná."

REQUEIRO, ainda, o envio de cópia deste expediente ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 29.09.87

(a) PEDRO TONELLI.

Líder do PT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Desde o dia 27 de setembro as tropas do Exército Brasileiro ocupam as ruas da cidade de Foz do Iguaçu, particularmente das vilas onde residem os funcionários da Itaipu-Binacional e das entradas da Empresa, para reprimir o legítimo movimento reivindicatório dos trabalhadores na construção civil de duas empresas empreiteiras da Itaipu-Binacional.

O fato é gravíssimo, em primeiro lugar porque o Exército está sendo usado indevidamente numa situação que nada tem a ver com suas funções, além do que as manobras militares deixaram, já na noite de domingo, pelo menos 16 pessoas feridas a golpes de baionetas, algumas, inclusive, em estado grave, numa verdadeira operação de guerra. Em segundo lugar porque as Forças Armadas estão a serviço de duas empreiteiras particulares de construção civil, num conflito trabalhista e salarial entre as empresas e seus empregados.

Hoje, dia 29 de setembro, as tropas ainda continuam a guarnecer as entradas da empresa e as entradas de vilas residenciais, proibindo a entrada e saída das pessoas, violando inclusive o princípio constitucional da liberdade de ir e vir.

Diante do exposto, este Deputado REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Telex ao Excelentíssimo Senhor Ney Amintas de Barros Braga, Presidente da Itaipu Binacional, solicitando-lhe interferências imediatas junto ao Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, para que este retire ainda hoje o contingente do Exército das ruas da cidade de Foz do Iguaçu.

Teor do Telex:

"Solicitamos imediata interferência de Vossa Excelência junto ao Ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, ou o responsável imediato, para que retire imediatamente o efetivo do Exército das ruas

dá cidade de Foz do Iguaçu, a serviço da repressão ao legítimo movimento dos empregados na construção civil das empreiteiras da Itaipu-Binacional. Além do que, repudiamos veementemente o uso da força, as agressões e os excessos cometidos no domingo à noite que, inclusive, resultaram em ferimentos em pelo menos 16 pessoas". Atenciosamente.

REQUER, ainda, o envio de cópia deste expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Exército, Gal. Leônidas Pires Gonçalves, ao Excelentíssimo Senhor Comandante da 5.^a Região Militar e ao Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) PEDRO TONELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Georg Herwig, a seguinte solicitação:

A concessão de uma linha de circular do município de Francisco Alves até o distrito de Cafezal, numa distância de aproximadamente 40 km.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A solicitação apresentada justifica-se pelo fato de que as empresas de transportes de passageiros que exploram esse trajeto não vêm atendendo a população a contento, pois os horários de seus ônibus são na maioria os de linhas diretas a outras localidades.

Esse problema vem trazendo grandes prejuízos aos deslocamentos de trabalhadores do distrito, bem como do Município, em face da inadequação de horários, considerando a grande distância entre as duas localidades.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, registro nos Anais desta Casa do pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Presidente deste Poder, Deputado Antônio Martins Anibelli, proferido por ocasião dos trabalhos de abertura do "II Fórum de Debates sobre Suinocultura", realizado em Pato Branco, no último dia 25 do presente mês.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

JUSTIFICATIVA:

As palavras deste documento retratam o pensamento de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, encontram-se ligados à suinocultura em nosso Estado.

O eminente Parlamentar foi deveras iluminado ao conseguir, com sabedoria e simplicidade, comunicar-se através da palavra, com todos os que estiveram reunidos no município de Pato Branco, onde a força verbal do nobre Presidente serviu como mola propulsora para que as discussões em torno do tema ocorressem num clima de ordem, responsabilidade e franqueza.

Pelo exposto, encarecemos a anuência dos demais Pares desta Augusta Casa.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, sejam inseridos, nos Anais desta Casa, os documentos que embasaram o "II Fórum de Debates sobre Suinocultura", realizado no município de Pato Branco, bem como o registro do documento-síntese, onde se configuraram as considerações finais.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA.

JUSTIFICATIVA:

O compromisso do Bloco Parlamentar Agropecuário propõe o acompanhamento e assessoramento político de todas as questões a ele inerentes.

Desta forma, o registro que ora solicitamos, tem como principal objetivo evidenciar que a participação dos homens legitimamente eleitos para representar o povo perante o Governo, está resgatando um crédito que lhe é indispensável através do referendun que vem emprestando às grandes causas, e em especial, à Suinocultura, cuja crise vem culminar em clima de tensa expectativa.

Mais ainda, o registro que ora requeremos é o testemunho da confiança manifestada pela classe de suinocultores, que espera a tomada de medidas enérgicas por parte do Governo Estadual e Federal.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, a matéria publicada no Jornal "A Gazeta do Povo", desta Capital, em sua edição do dia 27 do corrente, página 03, sob o título: "O Visconde de Laguiche."

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 248/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica declarado de Utilidade Pública, o ASILO SÃO VICENTE DE PAULO, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) ANTÔNIO BÁRBARA.

JUSTIFICATIVA:

A entidade supra mencionada, que propomos seja declarada de Utilidade Pública, desde 1984, vem prestando seus serviços de âmbito social à comunidade maringaense, atendendo em pleno e regular funcionamento as finalidades para as quais foi criada.

Cabendo a esta Casa a decisão ora pleiteada, anexamos a documentação necessária que satisfaz a legislação em vigor.

PROJETO DE LEI N° 249/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica criado junto ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores Públicos do Estado do Paraná - I.P.E., o Conselho Deliberativo e Fiscal - C.D.F., composto de 07 (sete) membros.

Art. 2º- O Conselho Deliberativo e Fiscal será composto por um representante das seguintes entidades:

- a) Associação dos Servidores Públicos do Paraná;
- b) Associação dos Magistrados do Paraná;
- c) Associação dos Procuradores do Paraná;
- d) Associação dos Professores do Paraná;
- e) Associação dos Servidores Públicos Estatutários da Assembléia Legislativa do Paraná;
- f) Polícia Militar do Estado do Paraná, e
- g) Polícia Civil do Estado do Paraná.

Art. 3º- Compete ao C.D.F., entre outras atribuições regulamentares, indicar, através de lista tríplice, o Superintendente do I.P.E., para nomeação por Decreto Governamental.

§ 1º- A lista tríplice será formada por servidores públicos estaduais, que sejam contribuintes do I.P.E.

§ 2º- O superintendente nomeado fará as indicações para preenchimento das respectivas Diretorias do I.P.E., ao C.D.F. que, por maioria simples, as referendará para nomeação pelo Chefe do Poder Executi-

vo.

Art. 4º- O mandato de todos os representantes do C.D.F. será de 04 (quatro) anos, coincidindo com o período do mandato governamental.

Parágrafo Único - O término do primeiro mandato do Conselho coincidirá com o atual mandato governamental.

Art. 5º- O C.D.F., reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente quando necessário.

Parágrafo Único - As reuniões extraordinárias não poderão ultrapassar a duas por mês.

Art. 6º- Os representantes das associações de classe, ou órgãos, no C.D.F., serão indicados pelos respectivos titulares destes.

Parágrafo Único - Os titulares das associações ou órgãos poderão representá-los junto ao Conselho.

Art. 7º- Ao C.D.F., compete aprovar o orçamento de cada exercício financeiro, bem como fiscalizar e aprovar as contas do I.P.E.

Art. 8º- O Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, regulamentará a presente Lei.

Art. 9º- Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

O Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - I.P.E., criado pela Lei n° 4.339, de 28 de fevereiro de 1961, é uma autarquia estadual dotada de personalidade jurídica própria, que tem por objetivo a prestação de serviços de assistência médica hospitalar, assim como previdenciários, à comunidade dos funcionários públicos estaduais do Paraná que, pela própria condição de estatutários não têm acesso ao sistema nacional de previdência social.

O I.P.E., é praticamente, mantido em atividade operacional pelos recursos provenientes dos descontos mensais sobre a folha de pagamento dos funcionários públicos estaduais, dos serventuários do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, entre outros.

Não obstante, os "contribuintes obrigatórios" (assim definidos os mantenedores do I.P.E., pelo art. 3º do Decreto n° 14.585, de 30 de março de 1964), não recebem devidamente os serviços de assistência previdenciária a que tem direito. Para tanto, contribuem decididamente os desmandos que têm imperado na administração da autarquia e que motivaram recentemente a instauração de sindicância administrativa para apuração de denúncias. Como também

tem contribuído a indicação política de Superintendentes que nada têm a ver com a autarquia. Fugindo à regra, nesta data assume esta função um servidor público estadual.

De outra parte, é de domínio público, que o Tesouro do Estado há vários (pelo menos nas quatro últimas gestões governamentais), não repassa para o I.P.E., a contribuição mensal obrigatória sobre o "quantum da retribuição dos servidores inscritos obrigatória ou facultativamente no regime de pensão" (art. 10 do Decreto nº 14.585/64), além de reter, as vezes por meses seguidos, os repasses devidos à autarquia.

E por que? Porque a Superintendência e as Diretorias do I.P.E., não têm legitimidade para exigir o cumprimento da lei, pois são da escolha e nomeação exclusiva do Governador e a ele devem obediência.

É justo e correto que os servidores públicos estaduais, que são hoje os únicos mantenedores e a razão de ser da autarquia, como são os que sofrem os desmandos e a incompetência de dirigentes que nada têm a ver com os destinos da entidade previdenciária estadual, possam, através dos seus representantes de classe, indicarem os Administradores do I.P.E. que serão escolhidos dentre os próprios servidores e contribuintes do Instituto de Previdência do Estado.

Ao indicarem Diretores dentre seus pares, os contribuintes do I.P.E., estarão zelando pelo seu patrimônio ao identificarem estes com os objetivos do Instituto e terão assim, responsabilidade direta, a título de consequência, pelo sucesso ou insucesso face às atividades gerenciais desenvolvidas pela Autarquia.

Assim sendo, em razão do exposto, o presente Projeto de Lei tem a finalidade de pôr fim aos desmandos e incompetência que têm imperado na administração do I.P.E., e fazer justiça aos seus contribuintes-segurados, dando oportunidade para que os servidores estaduais do Paraná sejam co-responsáveis pela gestão democrática de seu Instituto de Previdência e Assistência.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Não há expediente a ser lido.

Passamos ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, acompanhando uma comitiva de Prefeitos do Norte Pioneiro, estivemos ontem em São Paulo, e fomos recebidos em audiência pelo Secretário de Transportes daquele Estado. Levamos uma

reivindicação dos municípios da nossa região do Paraná, que solicitava o asfaltamento de um trecho de estrada de aproximadamente sete quilômetros, ligando a divisa do Paraná no Município de Santana do Itararé até Itaporanga. A realização dessa obra pelo Governo de São Paulo implica no encurtamento de aproximadamente 40 quilômetros no trajeto daquela região produtora de feijão, para o transporte desse produto à capital paulista, que é o grande centro consumidor.

Sua Excelência, o Secretário de Transporte de São Paulo, afirmou que não existem condições de ser realizado o asfaltamento no próximo ano, uma vez que o orçamento do Estado já está elaborado. Mas, determinou que uma Comissão de técnicos, na próxima semana, compareça para fazer um levantamento desse trecho, afirmando que no próximo ano aplicará o sistema de perenização daquele trecho de estrada, o que permitirá o tráfego de veículos, inclusive caminhões, durante todo ano, mesmo com mau tempo, ficando pronta a base para a aplicação do asfalto que o Governo de São Paulo se compromete a realizar no ano de 1989.

Trago esta comunicação à Casa, porque realmente estive ausente da sessão de ontem, devidamente autorizado por esta Casa, que aprovou na semana passada, um requerimento determinando a ida de uma comissão de Deputados, acompanhando os Prefeitos do Norte Pioneiro.

Finalmente, Senhor Presidente, quero destacar que não sou membro da Comissão Executiva desta Casa, e a obrigação que tenho, regimental, é de estar presente ao Plenário nos momentos de votação. Agora, o Senhor 2º Secretário, eleito para este posto, tem a obrigação de comparecer no início da sessão e permanecer até o final, porque a sessão começa exatamente com a leitura da Ata, e para isso foi eleito o Senhor 2º Secretário, que possui um gabinete especial, além do parlamentar e inclusive possui veículo e cota de gasolina para não se atrasar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- No Pequeno Expediente, ainda, concedo a palavra ao Senhor Deputado Paulo Furiatti, segundo orador inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Volto a esta tribuna para comentar os episódios que estão ocorrendo na cidade de Foz do Iguaçu, novamente. Conforme falamos ontem, o General Ney Braga, ainda com a boca torta pelo uso do cachimbo do autoritarismo, solicitou tropas federais para reprimir uma manifestação pacífica e justa

dos trabalhadores naquela cidade. E em função disto e também de 16 trabalhadores feridos a baioneta, não podemos nos calar sob pena de nós curvamos ao processo autoritário em andamento, na mente daqueles que desejam ardentemente a volta de um período que desgraçou este País.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, sobre a mesa, há um requerimento no qual solicito a formação de uma Comissão de Deputados que em nome da Assembléia Legislativa possam ir urgentemente, no máximo até amanhã, à cidade de Foz do Iguaçu, para sabermos, em nome do Poder Legislativo, o que está ocorrendo no território paranaense que de uma hora para outra se vê invadido por tropas do Exército, inclusive de outros Estados, como Santa Catarina.

O papel do Exército na defesa externa não é o mesmo do Exército na defesa de interesses de um ou de outro cidadão, ou de um ou de outro patrão.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, faço um apelo daqui da tribuna, para que aproveemos a composição desta comissão, em nome da Assembléia Legislativa, para que o Poder Legislativo então, se desloque até a cidade de Foz do Iguaçu, e verifique "in loco", os acontecimentos vergonhosos e desagradáveis que estão ocorrendo por obra e graça do general Ney Braga. Em que pesem as defesas das Lideranças comprometidas com o general Ney Braga, entendemos que as acusações não são às pessoas, mas aos atos que homens como Ney Braga cometem e que continuam cometendo.

Era isto, Senhor Presidente.
Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Senhor Presidente. (Pela Ordem).

Senhor Presidente. Gostaria de registrar a presença do ex-Deputado Federal Mário Stam, que muito nos honra com a sua pessoa neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência agradece a lembrança do Deputado quanto à presença do ex-Deputado Federal, diretor do DR, Mário César Stam, e em nome de todos os Deputados agradeço a visita de Sua Excelência.

Com a palavra o Senhor Deputado José Alves, seguinte orador inscrito.

O SR. JOSÉ ALVES - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Estamos hoje, aqui, nesta tribuna, lamentando o que aconteceu em Foz do Iguaçu com os trabalhadores, e também o que já aconteceu no País inteiro; porque não é a primeira vez que o trabalhador brasileiro apanha, e é punido.

Vocês podem notar que ultimamente, nos últimos anos, os que fazem a greve pedindo por melhor salário, são punidos.

Então, estamos num País democrático ou numa ditadura? Lamentamos que o poder aquisitivo do trabalhador diminuiu, que o seu salário mingua a cada dia, sendo que seus filhos passam fome, morrem de fome. É deplorável saber que está sobrando leite no País. Por que? Porque as crianças brasileiras morrem de fome pois os pais não podem comprá-lo, e por isso o leite está sobrando. É lastimável, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que em São Paulo a venda de carne tenha caído em 50%. Por que? Porque o brasileiro não está mais comendo carne e as crianças brasileiras, de cada mil que nascem, aos 5 anos de idade, já morreram 490 de fome.

Por isso, é lamentável saber que o salário do brasileiro diminui, que a cada dia fica defasado; e quando faz uma greve solicitando um melhor salário é abordado pela polícia e apanha. Que País é este em que nós estamos? É democracia, ou o que que é isso?

Então, lamentamos que o trabalhador brasileiro está sendo escravo, e que a escravidão branca voltou e está sendo implantada novamente neste País, pois quando o pobre trabalhador não é amarrado, não recebe gordura quente nos pés e, sim, baioneta, ou espancamento, como já aconteceu no Rio, São Paulo, Brasília, enfim, no País inteiro. Por isso, não é de se estranhar o que aconteceu em Foz do Iguaçu, porque já vem acontecendo constantemente neste País.

É lamentável saber que o brasileiro, quando faz uma greve, é porque está morrendo de fome, porque o salário-mínimo hoje, Senhores Deputados, tinha que ser no mínimo doze mil cruzados, para que esse pobre trabalhador desse o leite, a carne e o pão para os seus filhos ou para que comprasse roupa, calçado e comida melhor para a sua família. No mínimo teria que ser doze mil cruzados o salário-mínimo e, no entanto, é dois mil e quatrocentos cruzados e quando esse pobre vê a mulher morrendo de fome, os filhos morrendo à mingua, desnutridos, é claro que ele tem de se manifestar; e quando se manifesta, recebe cachetadas na cabeça.

O trabalhador brasileiro está sendo escravo. Antes era a escravidão negra; hoje é a escravidão branca, Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente e concedo a palavra ao Senhor Deputado Lindolfo Júnior, 2º Secretário desta Casa, primeiro orador

inscrito.

Vossa Excelência tem trinta minutos para proferir a sua oração.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Por que razão, Senhor Presidente, um Deputado Estadual eleito com a maior votação de sua bancada deixaria a comodidade de um partido já instalado para buscar novos caminhos, assinando a ficha de filiação de uma agremiação partidária que, apesar de seu passado ilustre, tem a menor representatividade política ou representação a nível Estadual?

Não há razão imediata possível. Seria melhor introduzir o assunto através do grande poeta Walt Whitman, como citado pelo Presidente John Kennedy: "Os bosques são belos, densos e sombrios, mas eu tenho promessas a cumprir e muito a caminhar antes de dormir, e muito a caminhar antes de dormir".

Com efeito, não há descanso possível na vida do homem, principalmente o político, não pode jamais dormir sobre os louros de vitórias já vencidas. Outras se apresentam à frente: amplas, desafiadoras, a exigir um caminhar constante. E nesse caminhar encontramos as revelações como personagem do mito da caverna citado por Platão, o pensador grego de vinte séculos atrás.

O Brasil chegou, ilustres Deputados, e amigos visitantes, a uma encruzilhada em sua trajetória de redemocratização. Não há capital para financiar a atividade econômica, há o enorme rombo de uma dívida externa e interna cujo custo perfaz mais de 20% do Produto Interno Bruto, isto é, de cada cinco cruzados que cada habitante produz por ano, um cruzado acaba sendo sugado pelo pagamento dos juros sobre déficits públicos anteriores. No entanto, temos diante de nós uma população superior a 140 milhões de pessoas, que só agora, Sr. Presidente, chegam ao limiar da sociedade de consumo, pessoas com uma renda de cerca de dois mil dólares por ano, mas, distribuída de forma extremamente desigual.

Os cinco por cento mais ricos detêm mais de 50% da riqueza produzida, enquanto os 50% mais pobres não dispõem de 4% do que foi produzido a cada ano. Em resultado, apenas 1/3 da população integra, efetivamente, o mercado de consumo, os 2/3 restantes são, no dizer de observador crítico, apenas e tão somente consumidores de anúncios belíssimos da televisão e do rádio. Como produzir bens para o uso e consumo da crescente parcela da população que não tem acesso a ele, e ainda, como assegurar emprego para toda essa população carente?

A realidade, Srs. Deputados, é que o

Brasil é um País carente, sim, de capital, mas farto de pessoas. Então, a solução que a razão aponta, estaria em valorizar a contribuição das pessoas: através do trabalho, quando não fosse essa a justificativa moral para a vida em sociedade. A valorização do trabalho sobre o capital, eis a solução para os problemas do subdesenvolvimento: ampliar a capacitação do ser humano para que o trabalhador possa ser mais produtivo e não dar incentivo à aquisição de maquinária, à construção de instalações enquanto o homem fica à míngua de salário, de assistência e de aperfeiçoamento.

A nova realidade ensinada pelos países que se desenvolveram rapidamente, foi de investimento em capital humano. O trabalhador por si, sim, o trabalhador, por si mesmo, é o titular do pequeno negócio, tocado à maioria das vezes com parentes e amigos, escasso de capital e de dinheiro, mas pleno de motivação. Eis aí então a saída encontrada pelos povos que não se acomodaram à História, mas enfrentaram um desafio de crescimento entre gigantes.

Já dizia o escritor inglês F. Schumacher que "o negócio é ser pequeno", porque "small is beautiful". Isto mesmo, o pequeno é belo, não agride o equilíbrio da natureza e nem esmaga o homem.

Igualmente, em nosso tempo, o Professor Kapra lembra que o homem é parte da cadeia da natureza e que as técnicas intensivas em capital, em economia de escala, acabam levando a desequilíbrios brutais.

O negócio é ser pequeno. É retomar a dimensão capaz de enquadrar a contribuição do homem. E, nesta linha, o Professor Peter Drucker, o notável Humanista dos Estudos da Administração, ao amadurecer da velhice, proclamou que "o importante é tornar o pobre produtivo".

Na mesma orientação, Gailbraith disse, em seu "Estudo sobre a Natureza da Pobreza das Massas", que o rompimento do círculo da pobreza é possível quando nos recusamos a aceitar que o trabalhador adulto, cujo emprego desapareceu, deve ficar encostado à caridade pública, ou à Previdência Social. O melhor, o mais justo, o mais barato socialmente, é apoiá-lo para o retreinamento. Treiná-lo para uma tarefa nova, que surgiu recente e da qual a sociedade tem necessidade.

Por exemplo, transformar ex-bóias-frias rurais em finos artesãos para exportação pode ser trabalhoso, mas é alternativa possível.

Países que colocam a dimensão social acima dos números frios de economistas apressados, fizeram isso e bem, como a Suécia, a França, hoje, todos experimentando um novo dinamismo em suas ativida-

des.

Já proclamava Alberto Pasqualini, pensador brasileiro que primeiro se deteve sobre estes problemas, o primado do trabalho sobre o capital.

O neo-trabalhismo que propomos apresenta um sistema econômico de face humana, sem a prioridade do dinheiro que embruteceu o capitalismo puro e sem a prioridade do Estado, que esmagou o sonho da liberalidade sob o marxismo mecânico.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência concede-me um aparte? (Assentimento).

Deputado Lindolfo Júnior, Vossa Excelência faz um pronunciamento que, acredito, que para o seu íntimo tenha custado reflexões enormes, contatos com companheiros de bases, porque enfim não é comum um Parlamentar eleito por um partido, em determinado momento no exercício de seu mandato, por uma opção pessoal, mudar de legenda. Creio que a atitude de Vossa Excelência deve ter sido calcado em cima de um raciocínio do contato e de uma opção preferencial por uma legenda partidária. Não quero dizer que o parabenizo, porque se o dissesse estaria sendo deselegante com o Partido da Frente Liberal, mas quero dizer que o entendo e espero que Vossa Excelência tenha realmente abraçado a legenda do PTB, de tão gloriosas tradições, no intuito de contribuir para o fortalecimento desse Partido que tem deixado marcas indelévels na memória nacional, pela sua afirmação de luta em favor da classe trabalhadora.

Pedi o aparte nesse instante, porque ouvi Vossa Excelência falando de Alberto Pasqualini, o grande mentor do trabalhismo moderno e espero que, inspirado nesse trabalhismo moderno, Vossa Excelência possa se somar aos demais Parlamentares desta Casa e desta Nação, no fortalecimento de um Partido que tem muito a dar para a Nação.

E a sua juventude, a sua luta, a sua formação, por certo, muito contribuirão para que o PTB possa crescer cada vez mais. Eu quero desejar sucesso e felicitá-lo, desejar que Vossa Excelência possa levar ao Paraná, a formação e o conhecimento que lhe são peculiares. E, permita-me, saindo da parte política, para não roubar o tempo do seu pronunciamento nesta casa, cumprimentá-lo por um outro fato: pelo nascimento de sua filha que eu tenho certeza deve ter enchido o seu coração de alegria. Parabéns, Deputado, e espero que Vossa Excelência possa contribuir muito para com o PTB nessa nova geração de políticos que há de surgir nesta Nação.

Obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Eu é que agradeço,

nobre Líder do PMDB, que, de forma racional e coerente, vem realizando um grande trabalho nesta Casa.

O neo-trabalhismo, Senhores Deputados, propõe que a ordem econômica e social assente sobre o trabalhador, seja ele empregado na linha de produção, profissional liberal, trabalhador autônomo, enfim, o trabalhador, desde o mais simples e modesto trabalhador de uma indústria, de uma empresa, até o superintendente, o dono, o proprietário que também é um trabalhador. A Cooperativa rural e urbana, onde o trabalhador do campo, ou o artífice da cidade possa cumprir com sucesso a sua tarefa. Propõe-se defender a empresa de pequeno porte, o pequeno negócio familiar, onde o chefe de família tira o sustento para si e para os seus. Estas são as características sociais sobre as quais se repousa a base da Nação.

Se os seus membros fossem apoiados, assistidos, treinados e mobilizados, e temos a certeza que o serão, o País se construirá firme, firme e sem a estagnação atual. Fugir da armadilha da dívida externa e da dependência interna também. O terceiro caminho é o mesmo neo-trabalhismo que Fernando Ferrari pregava: "A intervenção do Estado, onde seja necessário redistribuir oportunidades, mas sem, acima de tudo, esmagar a sociedade, sob o peso do Estado e sim, valorizar a contribuição do ser humano em cada povoado, em cada quarteirão, em cada bairro, em cada fábrica. Com a bandeira do neo-trabalhismo, desfraldamos a esperança, esperança de que o Brasil possui caminhos dignos desde que empalmados por jovens políticos e eleitores esperançosos.

Concedo o aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Gostaria de parabenizar Vossa Excelência pela colocação do seu pronunciamento, não só como Deputado Estadual, mas também como 2º Secretário desta Assembléia Legislativa eleito em 1987 e, que Vossa Excelência tem acima de tudo, a responsabilidade do seu mandato como 2º Secretário até 1989.

Todos os homens que passam pelo crivo de uma decisão através de uma eleição que consagra a sua vitória, evidentemente, tem que corresponder com a responsabilidade, e nós sabemos perfeitamente que Vossa Excelência além de responder pela responsabilidade popular daqueles que acreditaram, confiaram em Vossa Excelência em 1986, em 15 de novembro.

Acredito que esta Casa haverá de confiar também na decisão livre e soberana do voto que Vossa Excelência recebeu para ser o 2º Secretário deste Poder Legislativo.

Quando Vossa Excelência fala sobre o

Partido Trabalhista Brasileiro, talvez Vossa Excelência não saiba, mas nós iniciamos a nossa vida pública dentro do Partido Trabalhista Brasileiro. Um partido que mostrou a sua identificação no passado defendendo os interesses da Nação brasileira e que saiu na sua trajetória mudando um pouco a sua identificação, mas que hoje está buscando através de alguns parlamentares, aqui no Paraná, e alguns parlamentares a nível nacional, a sua identificação no passado, que é realmente a de defender os interesses e a causa de uma população de um Estado e de uma Nação.

Eu o parabeno desejando sucesso a Vossa Excelência nessa caminhada. A sua é uma bandeira que eu tenho certeza que haverá de se identificar realmente com o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - O aparte de Vossa Excelência, Deputado Dirceu Manfrinato, vem sempre enriquecer o pronunciamento de qualquer Deputado que ocupe a tribuna.

Se Vossa Excelência começou no Partido Trabalhista Brasileiro, conhece a linha do PTB e pela maneira com que Vossa Excelência se posiciona, muito bem, diga-se de passagem, queremos dizer, Deputado Dirceu Manfrinato, que os braços do PTB estão abertos para Vossa Excelência para que Vossa Excelência retorne, se quiser ao seu Partido de origem, o Partido Trabalhista Brasileiro.

Mas, gostaria de deixar patenteado, que Vossa Excelência, como os demais Parlamentares do PMDB, são homens que, não tendo nenhum compromisso com o Governo Federal, com as decisões da cúpula do Partido de Vossa Excelência, com as decisões tomadas na "Ilha da Fantasia", que é Brasília. Sei que muitos Parlamentares de todos os Partidos, procuram não somente seguir a filosofia do trabalhismo, do liberalismo, que Vossas Excelências empunham, procurando construir um novo Paraná, tenho certeza absoluta, ao lado deste que hoje já é considerado um grande líder do País, que é o Governador Álvaro Dias, da minha Cidade.

Devo dizer aos ilustres Pares, que deixo muitos amigos no Partido da Frente Liberal, amigos do quilate, da experiência, por começar pelo Líder, Deputado Basílio Zanusso, um homem que eu conheço e que pertence à nossa microrregião, sei do trabalho que ele desenvolve, e não é por menos que este Deputado está já pela quarta ou quinta vez, nesta Assembléia. Deputado João Arruda, do Sudoeste do Estado, um homem preocupado e minucioso nas colocações dos seus requerimentos.

Deputado Antônio Costenaro Neto, homem que desde o 1º dia da nossa campanha fize-

mos questão de respeitá-lo, por representar Jandaia do Sul e o Vale do Ivaí, numa distância de somente 30 Km. da nossa cidade. Em nenhum momento, em nenhuma oportunidade estivemos em qualquer cidade do Vale do Ivaí, ou em Jandaia do Sul, para pedir votos, ou fazer sequer um comício. Deputado Alexandre Ceranto, empresário calejado, um homem que, com muita honra, será o padrinho de minha filha que veio ao mundo. Empresário sensível, um homem que, desde o primeiro momento, pelos seus cabelos brancos, pelos seus cabelos grisalhos, pela sua experiência, tem nos ensinado o caminho certo!

Deputado Alexandre Ceranto, não continuaremos no mesmo Partido mas continuaremos, sim, lutando ao lado de V.Exa., que representa a Região de Umuarama, para que, juntos, possamos representar, ao lado dos demais Deputados desta Casa, a contribuição e devolver pelo menos parte do que o Paraná tem dado, que é tanto, a V.Exa., que não cursou um banco de Faculdade, que não tem o diploma universitário, mas tem o diploma da "Escola da Vida".

Deputado David Cherigate - um jovem trabalhador, uma Liderança incontestante no Oeste deste Estado!

O Sr. José Afonso Junior - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Com muito prazer ouço um outro jovem, ungido pelas urnas de suas cidade e que depois de desenvolver uma grande administração em Santo Antônio da Platina - Deputado José Afonso Júnior - Vossa Excelência é a maior demonstração, inequívoca, de que o jovem também é capaz e merece uma oportunidade.

Ouvirei com prazer, Vossa Excelência.

O Sr. José Afonso Júnior - Muito Obrigado. Estimado Deputado Lindolfo Júnior, no momento em que V.Exa. toma uma decisão madura, uma decisão consciente, como seu amigo particular, como seu admirador pela sua maneira de se portar como 2º Secretário desta Casa, pela sua sadia inteligência, pela sua viva vontade de trabalhar pelos interesses maiores do Paraná, nós queremos neste momento dizer que a mudança da sigla partidária em momento algum descharacteriza ou nos preocupa quanto à sua conduta para o futuro. Nós conhecemos a garra, a firmeza de V.Exa., já tivemos oportunidade de participar de vários Congressos que V. Exa. promoveu nesta Casa. Basta citar o "Encontro dos Microempresários", onde V.Exa. mostrou sua preocupação com essa classe que tanto respeito e que tanto carinho merece de nós, Parlamentares.

Quero dizer, ao finalizar, que tenho

certeza que V. Exa., agora na sigla do PTB, independente de siglas de partidos nós, homens públicos que compomos esta Assembléia, temos as nossas bandeiras partidárias, mas acima de tudo está o bem do nosso querido Paraná, está o bem da nossa gente brasileira, está o futuro dos nossos filhos e dos nossos netos, como bem dizia o ex-Governador Jayme Canet Júnior.

Quero dizer a V. Exa. que me solidarizo e que, como cristão, peço a Deus que lhe dê muita força, coragem V. Exa. tem bastante, mas que Deus continue lhe dando sabedoria para que os seus passos possam ser uma luz a iluminar aqueles que necessitam da sabedoria e da inteligência de V. Exa.

Avante, companheiro e amigo, jovem promissor que Maringá o espera de braços abertos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência informa ao Orador que se encontra na tribuna que seu tempo está esgotado. Porém, dentro do Horário da Liderança do PTB lhe concede mais dez minutos.

O SR. LINDOLFO JÚNIOR - Obrigado Sr. Presidente. A emoção nos envolve depois das palavras do querido amigo José Afonso Júnior.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta é uma grande família. Falava eu dos companheiros do Partido da Frente Liberal, Deputado Werner Wanderer em Brasília, brigando, lutando, ao lado do Líder do PDS e de demais companheiros, por um preço justo para nossa safra.

Creio eu não ter esquecido nenhum dos companheiros da Frente Liberal. Mas devo ressaltar Sr. Presidente, que jamais nos esquecemos e nos esqueceremos como bem disse, citando Cristo, o Deputado Afonso Júnior, os princípios morais, os princípios de família. Quando viemos para esta Casa, viemos sim, com a certeza de poder contribuir com o nosso Estado. E desde o primeiro momento, desde o primeiro instante, estamos votando matérias de suma importância, de acordo com os ditames da nossa consciência. E continuaremos esse nosso trabalho esse nosso posicionamento. Não me recordo agora, mas um Deputado no Pequeno Expediente falava dos carros, dos cargos da 2.^a Secretaria. Quero apenas lembrar aos Srs. Deputados que esta 2.^a Secretaria, como este 2.^o Secretário, não é Secretário e nunca foi da Frente Liberal, que a Presidência ora ocupada pelo ilustre Deputado Antônio Annibelli também não é do PMDB, é desta Assembléia, como a 1.^a Secretaria nunca foi do PMDB, o Deputado Anibal Khury é 1.^o Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

e não 1.^o Secretário do PMDB. Por isso continuaremos, sim, Senhores, o nosso trabalho frente a 2.^a Secretaria até o dia 1.^o de fevereiro de 1989 administrando bem esta Casa, administrando bem aquilo que pertence aos Srs. Deputados, que pertence ao Estado do Paraná. E quero ir mais adiante, se uma mudança e uma convicção partidária, bem como nunca antes, e a personalidade de um homem tivesse que me custar a 2.^a Secretaria, eu pagaria o preço. Ah, se pagaria... Por acreditar nas teses já ditas nesta tribuna, contra muitos cínicos que apenas se acomodam ao poder, ou outros tantos, que desiludidos de toda a esperança, apenas esperam a passagem do tempo. E por acreditar nas teses que menciona, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que proclamo neste momento a minha adesão ao Partido Trabalhista Brasileiro, a legenda histórica de Getúlio Vargas, e conclamo aos nobres pares do PMDB, do PL, do PT, do PDT, do PTB, enfim, de todas as agremiações para construir uma sociedade nova, baseada na ética do trabalho e na valorização do homem, do ser humano. Vamos, Srs. Deputados, vamos resgatar o compromisso feito e jurado quando da nossa posse; vamos construir nesse pedaço de América, a grande Nação para os nossos filhos, e conclamo aos Srs. a plantarmos um novo Brasil!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Já no Horário das Lideranças, consulto o Partido dos Trabalhadores se fará uso de seu tempo. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Sras. e Srs. colegas parlamentares, demais presentes a esta sessão pública desta terça-feira.

Certamente, como não podia deixar de ser, a preocupação mais importante nestes dias, que preocupa o Partido dos Trabalhadores do Paraná, continua sendo o tratamento dado aos trabalhadores paranaenses, que no desespero buscam mecanismos organizados para conseguir os seus intentos e as suas reivindicações.

Foi acentuado, tunicamente, no dia de ontem, nesta Casa, a violência proclamada em Foz do Iguaçu contra os trabalhadores da construção civil que paralisaram suas atividades para serem ouvidos. É bom que se diga que a violência denunciada no dia de ontem em números foi pior, mais grave, do que foi dado a conhecimento público. Os 16 feridos graves demonstram um pouco do que foi a violência do Exército contra trabalhadores em Foz do Iguaçu.

No dia de hoje, ela continua. É lamentável. As tropas do Exército, acompanhadas

de veículos "Urutu", "Cascavel", de metralhadoras, cacetetes e baionetas, estão presentes em todas as entradas das obras das contrutoras de Itaipu.

Temos também a constatação de que a Polícia Militar do Estado do Paraná ocupava na manhã de hoje os conjuntos habitacionais, num verdadeiro estado de sítio, onde não está sendo permitida a reunião de dois ou três, a entrada de pessoas estranhas, ou um morador visitar o outro, e quando isso acontece está vigiado pela Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sensibilizados com esses atos, nós estamos propondo que esta Casa de Leis envie um telex a Ney Braga, que é o Presidente da Itaipu, supostamente o autor da iniciativa da intervenção do Exército no movimento classista em Foz do Iguaçu, e também ao Secretário de Segurança Pública, para que cesse a repressão e se reestabeleça o direito de ir e vir dos cidadãos de Foz do Iguaçu, que ajudam a construir o progresso do Brasil e do mundo.

Este ato deve merecer o nosso repúdio, repúdio à violência...

O Sr. José Afonso Júnior - Vossa Excelência me concede um aparte, ilustre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência eu lhe concedo o aparte.

Os atos de violência devem merecer o nosso repúdio, devem merecer a nossa não aceitação. Os atos de impedimentos do ir e vir devem merecer o nosso repúdio; não podemos concordar com eles.

E gostaria de dizer mais: é lamentável, mas o tratamento dado aos trabalhadores de Foz do Iguaçu não é um tratamento isolado dos trabalhadores de Foz do Iguaçu; é um tratamento dado a todos os trabalhadores no Brasil, que se mobilizam de forma organizada, consciente e decidida para conquistar os seus direitos desta forma.

Na semana passada, nós tivemos aqui no Estado do Paraná 15 estagiários do Banco do Estado do Paraná que foram demitidos simplesmente porque participaram dos piquetes de greve. Portanto, não podemos desconhecer a bravura do general Ney Braga que, para conseguir os seus intentos, usa o Exército. Nós temos que reconhecer também que o Estado do Paraná, o seu oficial, reprime os seus trabalhadores quando de forma organizada reclamam os seus direitos, punindo-os com a perda do seu cargo. Essa violência nós não podemos esquecer.

Concedo aparte ao Deputado José Afonso Júnior.

O Sr. José Afonso Júnior - Exmo. Sr. Deputado Pedro Tonelli, nós temos como fi-

losofia de vida, e não como filosofia política, a preocupação maior de servirmos ao bem do Paraná, de servirmos a família, de servirmos a democracia, de servirmos o direito garantido pela Constituição Federal a todos os brasileiros, como disse V.Exa., de ir e de voltar. Mas, como político que somos, pela responsabilidade maior que temos de representar uma parcela da população paranaense aqui nesta Casa, nós queremos dizer, com todo respeito que temos por V.Exa., que nós não podemos concordar com a sua maneira de colocar as coisas neste momento. Porque entendemos que democracia é o direito de ir e de voltar expressar os seus pensamentos, mas de maneira ordeira e disciplinada. Porém, não entendemos democracia como sinônimo de bagunça, como sinônimo de baderna e eu tenho certeza que em momento algum o ex-governador Ney Braga poderia admitir que fosse paralisada a represa de Itaipu, uma das maiores do mundo. Eu tenho certeza de que o Presidente da Refinaria de Araucária também não poderia permitir que isso acontecesse, porque se não nós teríamos um "Black-out" nós teríamos a paralisação quase total de várias e várias cidades, causando com isso danos irreparáveis, inclusive até, quem sabe, com problemas fatais para cada indivíduo que compõe o Paraná, sejam eles trabalhadores, aposentados, enfim, toda sociedade brasileira.

Ao finalizar esta minha intervenção, quero dizer a Vossa Excelência que minha preocupação como parlamentar no momento dessas greves é a de que os líderes maiores conduzam os demais companheiros, que estão apenas acatando esta sugestão, a uma turbamulta e V.Exa. sabe o que é uma turbamulta porque a sociologia explica turbamulta é quando um líder maior grita e todos saem correndo, quebrando e não sabem porque estão quebrando.

Esta é minha preocupação como homem moderado e democrata que sou.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu sinceramente não posso concordar com a afirmação de um homem público, que representa o povo do Paraná. Eu entendo que, Deputado José Afonso Júnior, não é possível defender o general Ney Braga, defender um ato que consumiu com 3 mil propriedades nesse Estado e que consumiu Sete Quedas e que agora está querendo consumir com a vida de 12 mil trabalhadores do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Consulto a Liderança do PL se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL. Com a palavra o Sr. Deputado Alexandre Ceranto.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Sr. Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas. (Lê):

"O Poder Público deve realizar obras e ações em benefício da população, em especial daquela mais carente, mais necessitada, pois, à medida que se atende essa grande massa de trabalhadores, de bóias-frias e desempregados, justifica-se a existência do Governo.

Governar não é prorrogar intenções, divulgar propostas de campanha ou tentar impressionar o povo com a utilização de propagandas palacianas. Mas, sim, governar é realizar ações, é melhorar efetivamente as condições de vida deste povo, através de práticas concretas, de programas sociais, visando oportunizar melhores empregos, educação, saúde e segurança à população.

Lamentavelmente, encontramos setores essenciais de nossa sociedade em estado de calamidade pública, abandonados, sem infra-estrutura, com instalações inadequadas, materiais sem condições de uso, recursos humanos desmotivados, principalmente por uma política salarial injusta.

A segurança, setor da maior importância social para nós cidadãos, tem sido alvo de vários pronunciamentos de Parlamentares de todas as bancadas. Tem sido alvo de denúncias de importantes segmentos da sociedade. A imprensa, os meios de comunicação, divulgam diariamente as péssimas condições que levam o policial, o agente, os funcionários dos presídios e os presos, pois, não há um mínimo de dignidade e de respeito por parte dos nossos governantes para com eles.

Em recente visita à minha cidade, Umuarama, recebi denúncias de membros da Comissão Municipal de Segurança Pública a respeito do estado lamentável e crítico em que se encontra a Delegacia de Polícia daquele Município, chegando a uma situação de possível interdição pela saúde pública, devido à falta total de higiene, com fossas abertas e vazando em plena rua, exposta a contaminar a população e as crianças que moram vizinhos à cadeia.

Além disso, falou-me um desses membros a respeito da falta de segurança pela superpopulação de detentos, pela inexistência de armamentos suficientes para os guardas e da falta de veículos para atender a cidade de Umuarama e as demais.

Inclusive, corre um boato, o qual a Comissão de Segurança desta Casa formada pelos Deputados: Luiz Carlos Alborghetti Presidente da Comissão, Algaci Túlio, Vice-Presidente, Raul Lopes, Pirajá Ferreira, Antônio Costenaro, Amélia Hruschka, Sabino Campos e outros, poderá apurar, de que um veículo novo destinado para esta Delegacia foi desviado em Maringá, sendo

levado para o Município de Campo Mourão.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, reitero meu pedido aos nobres companheiros que votem a favor do requerimento que estou apresentando hoje, para melhor conhecermos as condições de trabalho da Polícia Civil e Militar deste Estado, e que se amplie para outros municípios esta iniciativa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, no Horário do PFL.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Embora já no final do Horário da Liderança do PFL, nós aproveitamos a oportunidade para trazer algumas preocupações obtidas na reunião do Vale do Ivaí, no município de Marumbi, neste final de semana, na sexta-feira.

Nós estivemos presentes, os demais deputados com votos na região infelizmente não puderam comparecer. Nós gostaríamos que lá estivessem. De alguns não sabemos o motivo, outros estiveram em Pato Branco e não puderam comparecer.

Ouvimos a denúncia dos Senhores Prefeitos, a preocupação e o descontentamento dos Senhores Prefeitos com alguns fatos que ocorrem no nosso Estado. Dizem os prefeitos que não suportam mais pagar a taxa de energia elétrica. A diferença que a COPEL cobra do usuário na iluminação pública. Portanto, por decisão unânime dos prefeitos, naquela oportunidade, resolveram suspender o pagamento da energia elétrica, pois dizem que a COPEL não respeita, cobra uma exorbitância e que nada têm conseguido até agora, apesar de terem reclamado ao Governo. Também com relação à COHAPAR, dizem os prefeitos que a situação é insustentável. As casas populares, no período do congelamento do dinheiro, de "Plano Bresser" para cá, enquanto os salários praticamente diminuíram, as casas financiadas e construídas pela COHAPAR subiram 800%, tornando-se inviável seu pagamento para aquelas pessoas, principalmente, aqueles aposentados que recebem uma miséria.

Os prefeitos do interior encontram-se numa situação de desespero e não ouviram, dizem eles, a manifestação dos governantes. Também nós como Deputados lá presentes, bem como os Deputados ausentes, fomos criticados, sejam os da Situação ou da Oposição, dizendo os senhores prefeitos que nós não levantamos a nossa voz, nem a Oposição crítica ao Governo Álvaro Dias.

Nós registramos naquele momento a nossa vontade, a nossa preocupação e vigilância, mas dissemos que estávamos ouvindo, aguardando a manifestação das bases e que

naquela oportunidade, então, eles nos davam subsídios para que pudéssemos vir à tribuna da Assembléia e fazer valer a sua vontade.

Os prefeitos combinaram e marcarão nos próximos dias, uma audiência com o Governador do Estado, reclamando a falta de atenção do Governo do Estado, com obras para atender os interesses dos pequenos municípios.

Nesta oportunidade, nós dissemos que o Governo tem feito uma boa publicidade, tem mantido o seu IBOPE, tem mantido o Sr. Governador Álvaro Dias, através das inaugurações das obras que faz no interior, construídas pelo Governo de João Elísio, mas tem mantido o seu IBOPE, tem mantido o seu nome de grande governador.

Esperamos os seus atos administrativos, a sua ação administrativa, que cheguem de fato nos pequenos municípios, para que continuemos, como temos em alguns momentos, aplaudido o Governador Álvaro Dias, continuamos aqui da tribuna, em todos os momentos, além de sermos da Oposição, ainda aplaudindo o seu governo, porque é o que nós queremos para o bem estar do povo.

Eu gostaria, Senhor Presidente, para encerrar o meu tempo, de registrar a nossa preocupação com relação ao episódio de Itaipu. Ouvimos alguns Deputados se manifestarem ironicamente, falando do general Ney Braga. Eu não tenho como disse o meu Líder ontem - obrigação nenhuma de defender o General Ney Braga, defender o homem público Ney Braga, mas ocorre que eu registro minha preocupação, como o fez com muita propriedade, o ilustre Deputado José Afonso Júnior.

Temos que ter uma preocupação de que o nosso País seja conduzido com serenidade, apesar das dificuldades pelas quais passa. As bases às vezes se levantam; os operários, por sua liderança, não sabemos se é apenas por isso, ou não.

Mas, sabemos também que reina a dificuldade. O salário é pouco, mas as empresas dificilmente podem suportar a pressão econômica dos bancos, dos juros caros.

Então, o Estado hoje está governado pelo PMDB, é governado pelo PMDB, o país é governado pelo PMDB; o Exército brasileiro, naturalmente, estava presente, não sabemos se o pedido foi do presidente da Itaipu, Ney Braga; não sabemos se foi ordem do Presidente José Sarney, mas sabemos que é necessário que se mantenha o fornecimento de energia... (retirado o som).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Consulto a Liderança do PDT se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valderi Mendes Vilela.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, demais integrantes desta Casa.

Ouvimos muito hoje a respeito da invasão praticada pelo Exército nacional contra os trabalhadores na construção civil de Itaipu. Também tivemos a oportunidade de ver alguns dos Deputados defenderem tal medida.

O ano de 1964, Senhores Deputados, já passou há muito tempo, no tempo em que ainda éramos crianças. Vivemos bastante uma ditadura militar que se implantou neste País, mas também Senhores Deputados e Senhor Presidente, era hora também de lembrar que outros trabalhadores deste país, especialmente do Paraná, e especialmente na cidade de Londrina, já foram vítimas de pancadaria apresentada por pessoal da Segurança Pública deste Estado.

É bom lembrar que a greve que ocorreu há pouco tempo neste Paraná, deixou muitas marcas contra esses trabalhadores. Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o direito à greve neste país está cerceado, os trabalhadores estão sofrendo as mesmas represálias que sofriam nos tempos da ditadura.

Nós vemos hoje, há poucos dias, o Ministro da Justiça que muda de posição na hora e que assume uma pasta no Governo Federal, defender com clareza a aplicação da Lei de Segurança Nacional dos moldes que ela hoje apresenta.

Nós sabemos que tal Lei de Segurança Nacional é fruto da revolução, é fruto da ditadura, é fruto do arbítrio que se implantou neste país em 1964.

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que é que muda neste país com o novo governo? O que nós vemos são alguns parlamentares do PMDB, partido que comanda esta Nação, reclamarem a atuação dos seus próprios dirigentes, contestarem a atuação dos seus próprios dirigentes. Lembro-me, ainda, Senhor Presidente e Senhores Deputados, com muita clareza, aqui nesta Casa; Deputados do PMDB atacando violentamente o passado, criticando violentamente o passado, e hoje, defendem a invasão, o arbítrio contra os trabalhadores de Itaipu.

Mudança de pensamento, Senhores Deputados? Não, é exemplo do que disse o Ministro Bresser Pereira, ainda outro dia: "O PMDB hoje é Governo, e como Governo tem que pensar de forma diferente".

Mais ainda, Senhores Deputados, nós vemos que o passado é repetido, neste País, o passado tão criticado pela Oposição, o passado tão criticado pelo Partido que ora comanda este Governo, ainda tem os seus adeptos, a demagogia ainda impera

nestes políticos brasileiros!

Hoje, o País nada mudou, ou melhor, mudou sim, mas, para pior. O Brasil enfrenta hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uma de suas maiores crises desde o seu descobrimento. O trabalhador desta terra já não tem como viver, o seu salário é achatado todo dia, o seu salário cada dia é mais desvalorizado, mas as cobranças das tarifas das estatais aumentam também diariamente. A estratégia comercial começa a fazer com que este País esqueça os direitos dos trabalhadores!

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós podemos afirmar, com um pouco de certeza, aliás com muita certeza, que as ofensas ao trabalhador, nesta terra, neste País ainda não mudaram e certamente esta terra precisa de mudanças, que virão com a mudança na estrutura política deste País!

Muito obrigado, nobres Deputados, muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulto a Liderança do Partido Democrático Social, se fará uso de seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PMDB.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Excelentíssimas Senhoras Deputadas, Senhores Deputados.

Gostaria eu, e não só eu, tenho certeza, todos os paranaenses e todos os brasileiros, que ouvissem e afirmassem que a nível de Governo Federal o País estivesse bem, como está o Paraná com o Governador Álvaro Dias.

É insustentável a situação em que vivemos, através das negociatas do PFL, pelos interesses pessoais, e até alguns do PMDB. O povo brasileiro já não suporta a tortura dos políticos que apenas buscam os interesses pessoais, e principalmente...

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Em seguida. E principalmente dos políticos que não reconhecem a postura a lealdade de um homem que assume a responsabilidade, como assumiu o Governador Álvaro Dias, com seu povo, com seu Estado.

Ilustre Deputado Pedro Tonelli, latifundiário no Sudoeste, Vossa Excelência peca mais uma vez neste Poder Legislativo, Vossa Excelência critica o Governo e criticou o Banco do Estado do Paraná por haver demitido 15 estagiários. Imagine, Vos-

sa Excelência que vem defender tanto, aqui na tribuna deste Poder Legislativo, se, através de uma bondade até, do Banco, de oferecer uma oportunidade a essas pessoas, sem que elas prestassem concurso, para serem estagiários, e os estagiários resolvem fazer greve?!

Se já são estagiários e querem fazer greve, então, são pessoas que não querem trabalhar e oferecer alguma coisa ao Paraná e até mesmo aos interesses do Banco do Estado.

Vossa Excelência, ilustre Deputado, tem que ter coerência, julgar o que está certo e saber também julgar o que está errado. Vossa Excelência fala em tantos e tantos desempregados, e esses estagiários que tiveram a oportunidade, eis que fazem greve contra o Banco do Estado do Paraná! E um Banco que, Vossa Excelência conhece e o Deputado Antônio Costenaro também, quando diz que o Governador Álvaro Dias nada fez pelo Vale do Ivaí. Eu lamento, ilustre Deputado, que as acusações de Vossa Excelência ao Governador Álvaro Dias sejam proferidas quando o Governador Álvaro Dias determinou ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, Dr. João Carlos Finardi, a quem hoje temos que parabenizar pela sua atuação como Presidente do Banco do Estado do Paraná, que atendesse não os latifundiários, como o Deputado do PT, mas os minifundiários do Vale do Ivaí, que estavam endividados com o Banco do Estado. Foram salvos os pequenos produtores, atendidas as reivindicações do Vale do Ivaí. Então, Vossa Excelência peca quando diz que o Governo nada fez para o Vale do Ivaí. E muitos e muitos benefícios, nós sabemos, o Governador Álvaro Dias fez ao Vale do Ivaí!

Posso lhe citar um exemplo, ilustre Deputado, de que o Governador Álvaro Dias está preocupado com os 313 Municípios do Paraná e lhe cito um exemplo:

Na Região que orgulhosamente representa neste Parlamento, há atenção especial do Governo, há atenção especial dos seus Secretários atendendo as Prefeituras e atendendo a população dos Municípios, e não existe nada diferenciado entre este Deputado Dirceu Manfrinato e outros Deputados deste Parlamento ou Deputados mesmo do PMDB.

Se alguém às vezes condena, pois tais pessoas existem, como Vossa Excelência, disse, também existem alguns Vereadores no município de Cianorte que alegaram que nada o Governador Álvaro Dias fez - pecaram - pecaram porque esses Vereadores que disseram isso, apenas procuraram este Deputado e procuraram, via Governo de Estado, para que atendesse apenas os interesses pessoais deles e de seus familiares. Porém, no Governo de Álvaro Dias existe a

responsabilidade de um Governo democrático, acima de tudo, e de um Governo de seriedade, um Governo voltado ao atendimento das aspirações do povo do Paraná, e nós não permitiremos que alguém, através do Parlamento e até por desconhecimento, venha criticar um Governador que tanto tem trabalhado durante seis meses, demonstrando a sua capacidade, até questionada, no passado, ilustres Deputados, quando se dizia que Álvaro Dias talvez não teria habilidade e a competência de administrar o Paraná. Mas, felizmente e graças a Deus, o Governador Álvaro Dias está tapando a boca desses irresponsáveis e provando que tem capacidade para administrar um Estado, e talvez não só o Estado, o futuro será responsável em dizer o que mais através do pensamento popular do Paraná e dos brasileiros.

Vossas Excelências terão oportunidade de apreciar também o Projeto de Lei n. 76/87, uma mensagem do Poder Executivo dando estabilidade às viúvas caso o funcionário do Governo venha a falecer por algumas doenças dentro das suas funções. Aí está a prova de que é um Governo voltado ao espírito social acima de tudo. Um Governo que fez um programa, que apresentou um programa de Governo ao povo do Paraná, bem antes das eleições de 15 de novembro de 1986. Álvaro Dias não foi um candidato que vendeu uma imagem falsa à população paranaense.

E quisera, ilustres Deputados, Senhor Presidente, que outros Estados que nós conhecemos tivessem a felicidade que o Paraná tem hoje, de ter escolhido a figura do governador Álvaro Dias. E se Álvaro Dias veio ao Governo não foi por acaso. Se hoje ele representa o Governo do Paraná foi porque existe uma ficha de trabalho, desde sua luta em Londrina, como Vereador, e na sequência, Deputado Estadual também nesse Parlamento, Deputado Federal, Senador da República, e hoje, Governador dos paranaenses. Isso não foi por acaso. A imagem, a postura e a credibilidade deste Governo são invejados nacionalmente, porque até hoje, Senhores Deputados, eu desafio este Parlamento para que diga alguma coisa que venha denegrir a imagem da honestidade do Governador Álvaro Dias. Isto é uma formação que veio através do berço, da responsabilidade, da honestidade.

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência me concede um aparte.

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me concede um aparte.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu lamento mas o meu horário está terminando. Se Vossa Excelência consultar o Presidente e ele

permitir, eu terei o prazer de lhe ceder aparte. Mas tenho que cumprir regimentalmente o meu horário. E eu solicito à Mesa que me conceda mais um minuto para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Apenas para Vossa Excelência concluir, esta Presidência lhe concede 60 segundos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado! Eu vou concluir dizendo que até mesmo aquele que ofereceu ao mundo a terra, a água, o sol, a lua, as terras férteis, o oxigênio para que o ser humano neste mundo respire, que tudo fez, acabou ainda sendo crucificado.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o Horário das Lideranças, do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Basílio Zanusso, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado Antônio Costenaro Neto como membro da CPI que apurará as denúncias de corrupção em relação ao futebol. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Antônio Belinati, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome do Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela para compor a comissão que irá a Foz do Iguaçu. À Diretoria Legislativa para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 42/87, (Mensagem n. 49/87, ex-Proposição n. 56/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte e os Municípios e data que especifica, objetivando cessão de equipamentos esportivos, de acordo com o "Projeto de

Polarização do Esporte", e ainda com o Município de Cornélio Procópio em 09/07/86, objetivando repasse de verba para implantação do "Projeto Futuro". Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 43/87, (Mensagem n. 52/87, ex-Proposição n. 57/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio e seu termo aditivo, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, objetivando a implantação e operacionalização do Projeto que especifica o convênio celebrado entre as mesmas partes, objetivando proporcionar à Secretaria, condições para execução do "Projeto Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista da Região Metropolitana de Curitiba". Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 44/87, (Mensagem n. 55/87, ex-Proposição n. 58/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e da Ação Social e os Municípios que especifica, objetivando a implantação do Programa de Produção de Alimentos e Complementação Alimentar. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 53/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 40/87), objetivando estabelecer normas com vista à implantação, no magistério paranaense, do Regime Diferenciado de Trabalho - RDT, de que trata a Lei Complementar n. 32, de 11/12/86. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em votação.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário apresentadas em 3.^a Discussão, em número de 19, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 01
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 53/87

Inclua-se onde couber:

A Secretaria de Estado da Educação baixará dentro de 60 (sessenta) dias os atos complementares necessários ao cumprimento desta Lei, inclusive detalhamento as atividades mencionadas na alínea "b" do parágrafo 1º, do artigo 1º, desta mesma Lei.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
Líder do PDS

Apoiamento: Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Basílio Zanusso e Antônio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Após inúmeras promessas feitas pelo Governo passado, de que naquela gestão seriam implantados os Regimes Diferenciados de Trabalho, o magistério do Paraná viu-se obrigado a paralisar suas atividades por quase um mês, já que a administração do Estado, através de sua Secretaria de Educação, em processo de protelação, instituiu comissões de estudos por diversas vezes, mas sem, contudo, jamais ter definido uma minuta de lei e enviá-la a este Poder para dar condições efetivas de trabalho ao professor em sua escola. Ao final da greve os professores, houve um acordo entre o Governo e os professores, que em documento denominado PRÓ-MEMÓRIA, firmado entre as partes no dia 03 de outubro de 1986 diz no seu item n. 2:

"encaminhamento de Projeto de Lei à Assembléia Legislativa dispondo sobre implantação gradativa, a partir de 1987, do Regime Diferenciado de Trabalho para os integrantes do Quadro Próprio do Magistério;"

A leitura atenta da redação deste item firmado entre professores e o Governo da época, é mais do que o suficiente para que os Senhores Deputados que possuem assento nesta Casa de Leis, numa simples rememoração dos fatos que levaram os mestres do ensino de 1º e 2º graus a procederem daquela forma, a não permitir novas protelações para o início da implantação que sabemos ser gradativa - mais do que tem sido, fato comprovado até esta data. É imperioso que se defina, neste texto, o prazo em que a administração deva convocar pela primeira vez aqueles que através de inscrição deverão ser os primeiros a dar mais um passo na direção de uma efetiva profissionalização. Esperamos pois que os Senhores Deputados percebam o alcance da presente propositura.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 02

Inclua-se onde couber:

Poderão optar pelo Regime Diferenciado de Trabalho os integrantes do Quadro Próprio do Magistério e os que pertencem ao Quadro Único do Poder Executivo, desde que concursados e habilitados para atuarem no ensino de 1º e 2º Graus, e, para ambos os casos, os que se encontrarem numa das situações seguintes:

- a - (sem alteração de redação)
- b - (sem alteração de redação)
- c - (sem alteração de redação).

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA
Líder do PDS

Apoiamento: Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Basílio Zanusso e Antônio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

É por demais conhecido que durante anos, e em diversos governos, a administração do Estado, por deixar de realizar concursos periódicos para ingresso no Quadro Próprio do Magistério, atualmente a Lei n. 6.892, de 20 de julho de 1977, através de leis de enquadramento, ao arrempio da Constituição, tanto Federal como Estadual e ainda, da Lei Complementar n. 7/76, Estatuto do Magistério, enquadrou milhares de professores e especialistas de educação no Quadro Único do Poder Executivo. Após alguns anos, sempre após marchas e contramarchas entre os professores e os governos, é que a administração resolve, através de um concurso denominado de "transposição", enquadrar esses professores e especialistas no Quadro Próprio do Magistério. Só para lembrar, o último concurso desta natureza foi realizado em janeiro deste ano, somente após mais uma paralisação do magistério paranaense ao final de 1986, pois há anos os professores aguardavam essa transposição para poderem receber também vantagens só concedidas aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério.

Todos os integrantes deste Quadro Único do Poder Executivo, professores e especialistas, efetivos pela própria natureza do enquadramento, exercem suas funções nas escolas cumprindo determinações da Lei Complementar n. 7/76, (Estatuto do Magistério) só no que diz respeito aos deveres, pois, quanto aos direitos, notadamente vencimentos, vantagens e promoções, estes lhe são negados. Tais injustiças ferem o princípio de isonomia (igualdade de todos perante à lei, assegurada como princípio constitucional) uma vez que exercem as mesmas funções, possuem iguais habilitações e recebem vantagens pecuniárias bem inferiores aos que pertencem ao Estatuto do Magistério. O último levantamento de março deste ano, feito pela Secretaria de Educação revela que nesta situação existem ainda 1.490 cargos ocupados por professores que há anos vem sofrendo estas injustiças e agora na mensagem não está prevista a possibilidade para que também esses mestres possam através de opção como prevê o Regime Diferenciado de Trabalho, melhorar as suas condições de trabalho nas escolas. O que se pleiteia nesta emenda, em última análise, é que, mais uma vez, não se perca a oportunidade de reparar uma flagrante injustiça que outras administrações não souberam reparar em tempo oportuno.

Acrescente-se onde couber:

"Do Quadro Único do Poder Executivo" em determinados artigos e parágrafos, para que professores e especialistas que se encontram nesta situação, possam exercer o direito de opção previsto no art. 3º da

Mensagem, uma vez a emenda aditiva ao Art. 2º - agora proposta - repara injustiças discriminatórias a centenas de professores ainda não pertencentes ao Quadro Próprio do Magistério.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 03

Inclua-se no § 3º do artigo 4º, o inciso IX do artigo 54, do Estatuto do Magistério, ficando o parágrafo com a seguinte redação:

§ 3º - Os efeitos funcionais e financeiros da parcela de que trata este artigo serão mantidos nos casos de afastamento previsto nos incisos I, II, III, IV, V, VIII, IX, X, XI, XII e XIII do artigo 54, da Lei Complementar n. 07/76, no exercício de cargo em comissão de direção e assessoramento superior, na chefia ou coordenação de nível intermediário, bem como nos casos de membros da direção da Associação dos Professores do Paraná, colocados à sua disposição.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

Apoiamento: Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Antônio Belinati e Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

O aperfeiçoamento, mais que um direito, é uma necessidade para a melhoria da qualidade de ensino.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 04

O Artigo 8º fica acrescido do:

Parágrafo Único - Os professores do Quadro Próprio do Magistério serão beneficiados pela implantação do RDT., no prazo máximo de dois anos, a partir de sua aprovação.

Sala das Sessões, 29.09.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

Apoiamento: Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Antônio Belinati, Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

Esta questão vem sendo reivindicada pelos professores há muitos anos, fazendo parte de plataforma do Governo do PMDB em 1982, mas até agora não cumprida. A luta pela melhoria da qualidade de ensino passa necessariamente pela profissionalização do professor, que será viabilizada pela implantação do R.D.T.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 05

O Artigo n. 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º - O professor ou especialista de educação optante pelo Regimento Diferenciado de Trabalho terá incorporada a parcela aos seus proventos de inatividade, na proporção de 1/T (um sobre T) para ca-

da ano de percepção da referida parcela.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

Apoiamento: Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Antônio Belinati, Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A substituição da expressão 25 a 30 (vinte e cinco a trinta avos) por "Tê", prende-se ao fato da possibilidade de o tempo de aposentadoria sofrer alteração na nova Constituição, sendo "T" - o tempo de aposentadoria do professor.

EMENDA DE PLENÁRIO N. 06

Fica alterada a redação do § 5º artigo 1º para:

§ 5º - O potencial de hora-atividade do professor optante pelo Regime Diferenciado de Trabalho será de 30% (trinta por cento) sobre a jornada de trabalho.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

Apoiamento: Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Antônio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

Os 30% (trinta por cento) de hora-atividade é o mínimo necessário para o melhor desempenho das tarefas ligadas à docência.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 07

Inclua-se onde couber:

Ficam extintos os cargos do Quadro Único do Poder Executivo ocupados pelos professores ou especialistas de educação, que vieram optar por um dos Regime Diferenciados de Trabalho, conforme o disposto no art. 2º da presente Lei.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

Apoiamento: Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Antônio Belinati, Basílio Zanusso.

JUSTIFICATIVA:

A extinção de cargos do Quadro Único do Poder Executivo deve constar desta Lei, uma vez que a vacância não pode ser ocupada por outrem, a não ser que uma outra Lei específica assim determine, pois o ingresso na função pública prescinde de concurso de provas e títulos, como exigência constitucional.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 08

O § 5º do artigo 1º do Projeto de Lei n. 053/87 passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 5º - O percentual de hora-atividade de professor optante pelo Regime Diferenciado de Trabalho será de 30% (trinta por cento).

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoiamento: Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Basílio Zanusso, Antônio Belinati.

JUSTIFICATIVA:

É demais conhecido dos técnicos de educação do Governo que os índices de repetência são elevados no ensino de 1º e 2º Graus, com incidência muito grande nas séries iniciais do 1º grau.

Entre os fatores que concorrem decisivamente para o elevado número de alunos reprovados anualmente, está a falta de tempo do professor para que na escola possa exercer determinadas tarefas diferentes das aulas diariamente ministradas. É na preparação de aulas, no planejamento dos conteúdos do currículo, no entrosamento de conteúdos específicos entre duas ou mais disciplinas, em pesquisas que devem ser constantes e na atualização de técnicos e conhecimento do dia a dia que um professor pode ser eficiente e mostrar a sua competência no sistema de ensino estadual.

Outra atividade que o professor precisa exercer na escola, mas que não possui um determinado tempo específico, é a relação professor-aluno fora da sala com o objetivo de detectar causas individuais, o que o é possível com um determinado número de horas em que o professor não está ministrando aulas, mas nas quais deverá mostrar a sua competência como educador dedicando-se inteiramente no trabalho professor-aluno-escola.

Finalmente, existem ainda inúmeras atividades que o professor deve exercer na escola, como encontros, estudos da legislação do ensino, que são alteradas constantemente, e tantos outros que a dinâmica do processo educacional está a exigir cada vez mais do professor.

É, pois, mais do que necessário que um mínimo de 30 (trinta por cento), ainda não ideal, seja o tempo de dedicação do professor na escola, em hora-atividade sobre cada uma das jornadas de trabalho, conforme está definido este período de tempo no inciso II do artigo 1º desta Lei.

É oportuno lembrar que nas "Diretrizes de Governo" do Partido Majoritário deste Poder que no seu plano de governo 83/87, sobre este assunto, está definido com o seguinte texto:

"O tempo remunerado do professor, já citado e não dedicado à regência, deverá ser estabelecido numa proporção percentual de acordo com o seu regime de trabalho, mas nunca inferior a 30% do seu total".

Desta forma, acreditamos que a concordância com a presente Emenda será a coerência dos membros desta Casa de Leis.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 09

Ao Artigo 8º do Projeto de Lei n. 53/87:

Acrecente-se ao art. 8º, entre as palavras "baixará", e "os atos complementares", a expressão:

... "dentro de 60 (sessenta) dias"...

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(aa) ANTÔNIO BELINATI Líder do PDT, BASÍLIO ZANUSSO, Líder do PFL, EZEQUIAS LOSSO, Líder do PL, PEDRO TONELLI, Líder do PT, ALGACI TÚLIO, ALEXANDRE CERANTO e ANTÔNIO COSTENARO NETO.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N. 10

Ao art. 8º do Projeto de Lei n. 53/87, que "Estabelece o Regime Diferenciado de Trabalho - RDT no Quadro Próprio do Magistério".

Adite-se ao art. 8º o seguinte parágrafo:

"Parágrafo Único - No prazo máximo de dois anos, a contar da data da publicação desta Lei, os professores do Quadro Próprio do Magistério serão beneficiados pela implantação do R.D.T."

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(aa) ANTÔNIO BELINATI Líder do PDT, BASÍLIO ZANUSSO Líder do PFL, PEDRO TONELLI Líder do PT, EZEQUIAS LOSSO Líder do PL, ALEXANDRE CERANTO, ANTÔNIO COSTENARO NETO e ALGACI TÚLIO.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N. 11

Ao art. 2º do Projeto de Lei n. 53/87:

O "caput" do art. 2º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º - Poderão optar pelo Regime Diferenciado de Trabalho os integrantes do Quadro Próprio do Magistério e os que pertençam ao Quadro Único do Poder Executivo, desde que concursados e habilitados para atuarem no ensino de 1º e 2º graus, e, para ambos os casos, os que se encontrarem numa das situações funcionais seguintes."

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(aa) ANTÔNIO BELINATI Líder do PDT, BASÍLIO ZANUSSO Líder do PFL, EZEQUIAS LOSSO Líder do PL, PEDRO TONELLI Líder do PT, ALEXANDRE CERANTO, ANTÔNIO COSTENARO NETO e ALGACI TÚLIO.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 12

Ao art. 2º do Projeto de Lei n. 53/87:

Acrecente-se, ao art. 2º do Projeto, o seguinte:

"§ - Ficam extintos os cargos do Quadro Único do Poder Executivo, ocupados pelos professores ou especialistas de educação que vierem a optar por um dos Regimes Diferenciados de Trabalho dispostos neste artigo."

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(aa) ANTÔNIO BELINATI Líder do PDT, BASÍLIO ZANUSSO Líder do PFL, EZEQUIAS LOSSO Líder do PL, PEDRO TONELLI Líder do PT, ALGACI TÚLIO, ALEXANDRE CERANTO e ANTÔNIO

COSTENARO NETO.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE N. 13.

Ao art. 1º do Projeto de Lei n. 53/87:

O parágrafo 5º do art. 1º, passa a ter a seguinte redação:

"§ 5º - Será de 30% (trinta por cento) o percentual de hora-atividade de professor optante pelo Regime Diferenciado de Trabalho, sobre a jornada de trabalho."

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(aa) ANTÔNIO BELINATI Líder do PDT, BASÍLIO ZANUSSO Líder do PFL, EZEQUIAS LOSSO Líder do PL, PEDRO TONELLI Líder do PT, ALGACI TÚLIO, ALEXANDRE CERANTO e ANTÔNIO COSTENARO NETO.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N. 14

Ao art. 1º do Projeto de Lei n. 53/87:

Acrecente-se, ao art. 1º do Projeto, logo após as palavras: "... do Quadro Próprio do Magistério..." a expressão:

"... e do Quadro Único do Poder Executivo..."

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(aa) ANTÔNIO BELINATI Líder do PDT, BASÍLIO ZANUSSO Líder do PFL, EZEQUIAS LOSSO Líder do PL, PEDRO TONELLI Líder do PT, ALGACI TÚLIO, ALEXANDRE CERANTO e ANTÔNIO COSTENARO NETO.

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE N. 15.

Ao art. 5º do Projeto de Lei n. 53/87:

No art. 5º do Projeto, substitua-se a expressão (Tração) "1/25 (um vinte e cinco avos)", pela simbologia de tempo: "T".

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(aa) ANTÔNIO BELINATI Líder do PDT, BASÍLIO ZANUSSO Líder do PFL, EZEQUIAS LOSSO Líder do PL, PEDRO TONELLI Líder do PT, ALGACI TÚLIO, ALEXANDRE CERANTO e ANTÔNIO COSTENARO NETO.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 16

Ao art. 4º do Projeto de Lei n. 53/87:

Acrecente-se, no § 3º do art. 4º do Projeto, entre os algarismos romanos: "VIII" e "X", o algarismo:

... "IX"...

Sala das Sessões, 29.09.87.

(aa) ANTÔNIO BELINATI Líder do PDT, BASÍLIO ZANUSSO Líder do PFL, EZEQUIAS LOSSO Líder do PL, PEDRO TONELLI Líder do PT, ALGACI TÚLIO, ALEXANDRE CERANTO e ANTÔNIO COSTENARO NETO.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO N° 17

Art. 1º do Projeto de Lei n° 53/87:

Acrescente-se, no parágrafo 5º, do art. 1º, entre as palavras:... pelo R.D.T. será, e ... de 20%,

a expressão: "inicialmente".

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(aa) ANTÔNIO BELINATI

Líder do PDT,

BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

EZEQUIAS LOSSO

Líder do PL

PEDRO TONELLI

Líder do PT

ALGACI TÚLIO

ALEXANDRE CERANTO

ANTÔNIO COSTENARO NETO.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 18

Acrescente-se onde couber:

Artigo:

Fica assegurado aos Professores e Especialistas, definidos no Art. 1º, § 1º, com vinte (20) e mais anos de exercício, após a opção por escrito pelo Regime Diferenciado de Trabalho, na data de sua implantação, a aposentadoria integral de acordo com as jornadas constantes do Art. 1º § 2º da presente Lei, desde que sejam detentores de um só padrão e tenham exercido o novo Regime no mínimo cinco (5) anos com opção de proporcionalidade para as opções seguintes:

mais um (1) ano	- 20%
mais dois (2) anos	- 40%
mais três (3) anos	- 60%
mais quatro (4) anos	- 80%
mais cinco (5) anos	- 100%

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoio: João Arruda, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Valderi Mendes Vilela, Antônio Belinati, ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação vem a propósito do não cumprimento do art. 20 - Parágrafo Único do Estatuto do Magistério Paranaense que reza:

Art. 20 - O provimento de cargos em cada nível de atuação será feito mediante concurso público de provas e títulos.

Parágrafo Único - Os concursos deverão realizar-se de dois em dois anos, salvo necessidade do ensino, pela ocorrência de vagas e serão de caráter regional ou municipal, nos termos do respectivo regulamento.

A não permissão da conquista do 2º Padrão de Especialista de Educação, por parte do Estado, obrigou-se a permanecer nesta situação altamente discriminatória de um só padrão, a ponto de muitos estarem se aproximando e extrapolando o tempo de serviço no aguardo da aprovação do Regime Diferenciado de Trabalho, para solicitarem os benefícios da aposentadoria com as 40 horas integrais, já que foram impedidos e prejudicados pelo não cumprimento da Lei

acima.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N° 19

Acrescente-se ao art. 1º, parágrafo 3º a palavra Especialista, onde couber.

Sala das Sessões, em 29.09.87.

(a) ALGACI TÚLIO

Apoio: João Arruda, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Valderi Mendes Vilela, Antônio Belinati, 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A palavra Especialista deve ser acrescentada devido a omissão no parágrafo 3º do art. 1º desta Lei, para que o mesmo possa optar pelas jornadas do R.D.T. em igualdade de condições quanto à habilitação.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando audiência da Comissão de Educação para as Emendas apresentadas em 3ª Discussão, com adiamento por 2 sessões, para que receba audiência da Comissão de Educação. Rejeitado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA -(Pela Ordem)- Senhor Presidente, solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Mesa deferir e fará a verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência deferir, e a Senhora Primeira Secretária fará a chamada nominal dos Senhores Deputados para que, após, façamos a verificação de votação do requerimento do Deputado Algaci Túlio.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA - procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Trinta e cinco Senhores Deputados responderam à chamada. Há "quorum" para deliberação. A Mesa irá proceder a verificação de votação do requerimento do Deputado Algaci Túlio, que requer audiência para retirada por duas sessões do Projeto nº 53/87. Os Senhores Deputados que aprovam queiram levantar-se. Oito Senhores Deputados aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Dezenove Senhores Deputados rejeitam o Requerimento e oito aprovam. Está Rejeitado o requerimento.

Sobre a mesa, requerimento de autoria

do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 53/87. Aprovado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - (Pela Ordem)
Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- A Mesa defere.

Vinte e dois Senhores Deputados aprovam e nove Senhores Deputados rejeitam. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)- Com base no artigo 173, Senhor Presidente, eu quero encaminhar a votação por 10 minutos segundo o Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Após a Presidência anunciar a votação Vossa Excelência terá o tempo necessário.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, por duas votações observamos o comportamento do Ilustre 2º Secretário Deputado Lindolfo Júnior, que não se levantou. Gostaríamos de saber a sua posição, isto é, como fica com relação às duas votações.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência, com autorização do Deputado, computou o voto contrário do Senhor 2º Secretário.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado pela Presidência informar aos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está em votação a emenda nº 1, de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira. Em discussão, em votação. APROVADA.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Questão de Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Com base no artigo 155 do Regimento, em 3ª Discussão e encaminhamento de votação, se fará com relação ao projeto e emendas em conjunto.

Este Parlamentar pediu para encaminhar inclusive o projeto e as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Esta Presidência lhe dará a palavra.

Vossa Excelência tem dez minutos para encaminhar a votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O requerimento que encaminhamos à Mesa nesta tarde tinha por finalidade atender ao próprio apelo do Líder do Governo nesta Casa, Deputado Nestor Baptista, quando ontem afirmava que entendia que o Plenário não era um fórum de deliberações, mas sim as Comissões Técnicas desta Casa.

Vossa Excelência, Deputado Nestor Baptista e os Anais desta Casa não podem negar isto ao dizer que era favorável a que as emendas fossem encaminhadas às Comissões Técnicas e até ao afirmar Vossa Excelência que os representantes da Associação dos Professores pudessem também ser ouvidos. Com base nisto, Deputado Nestor Baptista, entendíamos nós, Deputados de Oposição e a classe dos professores, que o seu apelo seria atendido pela sua Bancada. Causa-nos surpresa que este meu requerimento, atendendo exatamente o apelo de Vossa Excelência, não foi aceito.

É lamentável, porque tenho quase que absoluta certeza que os Senhores Parlamentares não tiveram tempo suficiente para tomar um conhecimento mais aprofundado das emendas que apresentamos nesta tarde à Casa. Os Deputados de Oposição, o Deputado Luiz Alberto Oliveira, inclusive, apresentaram emendas importantes para a classe dos professores, porque nesta 3ª Discussão deste projeto e, nas discussões anteriores, procuramos mostrar através desta tribuna, a importância desta mensagem encaminhada a esta Casa por Sua Excelência, o Governador Álvaro Dias. Uma velha reivindicação da classe dos professores, cujo pedido veio a ser atendido por Sua Excelência, o Governador. Mas, entende também a classe dos professores, que haveria a necessidade de se fazer algumas complementações a esta mensagem aqui encaminhada.

Isto foi feito com base nas discussões, nos estudos feitos pelas nossas assessorias técnicas e com base em estudos feitos inclusive com os próprios membros da Associação dos Professores que nos deram o prazer de suas presenças, nas três discussões desta mensagem nesta Casa.

Com base nisto é que apresentamos as emendas. Não foram apresentadas pelo simples fato de querer se apresentar, ou de querer se fazer demagogia perante à classe dos professores. Mas foi exatamente em atendimento a esta classe que apresentamos estas emendas, não de minha autoria, mas de todos os Parlamentares de Oposição, e ontem inclusive, duas de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que também foram rejeitadas.

Queria, para não tomar tempo maior, porque já discutimos, já dissecamos este projeto, queria apenas pedir a atenção do Líder do Governo, do Líder da Bancada do PMDB, para quatro emendas que até já contemplariam a classe dos professores. Por

exemplo, e Emenda Aditiva ao artigo 8º do Projeto. "Acrescenta-se ao artigo 8º, entre as palavras "baixará" e "os atos complementares", a expressão: "dentro de 60 dias".

Ora, para que fique realmente concretizado que os atos complementares tenham sua efetiva regulamentação, seja acrescida essa expressão "dentro de 60 dias" para que exatamente isso venha a ser feito.

A Emenda nº2 - Emenda Aditiva ao Artigo 8º do Projeto, que diz no Parágrafo Único: "no prazo máximo de dois anos, a contar da data da publicação desta lei... os professores do Quadro Próprio do Magistério, serão beneficiados pela implantação do regime diferenciado.

Emenda nº 3 - Emenda Substitutiva ao Artigo 2º do Projeto: "Poderão optar pelo regime diferenciado de trabalho, os integrantes do Quadro Próprio do Magistério e os que pertencem ao Quadro Único do Poder Executivo, desde que concursados e habilitados para atuarem no ensino de 1º e 2º graus, e para ambos os casos, os que se encontrarem numa das situações funcionais seguintes ...".

A Emenda de nº4 - Ao artigo 2º do Projeto - Emenda Aditiva: " Ficam extintos os cargos do Quadro Único do Poder Executivo ocupados pelos professores ou especialistas de educação que vierem a optar por um ou dois regimes diferenciados de trabalho, exposto neste artigo".

Então, Senhores Deputados e Senhor Presidente, ao menos para estas emendas que acabamos de ler, nós perguntamos aos Senhores Parlamentares: quem dos Senhores afirma neste Plenário - que existe algum vício de inconstitucionalidade nestas Emendas? Já mostramos ontem que o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que as levou para o lado de inconstitucionalidade, mostramos que não era este o campo. Hoje, reafirmamos que exatamente nessas 4 emendas, inclusive, não se fala em problema de "inconstitucionalidade".

Apelamos, mais uma vez. Sabemos que já somos voto vencido, inclusive, apelávamos para que houvesse bom senso dos Senhores Parlamentares e para que entendessem a luta da classe dos professores, da importância dessa mensagem. Da maneira como foi enviada, ela ainda ficou carente de algumas modificações e de algumas emendas que poderiam incluir os benefícios tão sonhados pela classe dos professores.

Lamentavelmente, o que se viu mais uma vez, foi que não ocorreu a devida sensibilidade para um projeto de tão grande envergadura e para uma mensagem de tão grande importância, encaminhada a esta Casa por Sua Excelência, o Governador do Estado do Paraná.

Emendas que viriam melhorar um pouco

este Projeto, para viabilizar a sua implantação em prazos razoáveis, uma vez que só o Paraná ainda não possui os regimes diferenciados de trabalho e estes sim, uma vez implantados, iriam efetivamente, dar condições aos mestres do Paraná, de melhorar a qualidade de ensino que está muito a desejar, e não por culpa dos professores, e sim, pela administração da educação neste Estado.

Por isso, Senhores Deputados e Senhor Presidente, meu requerimento e a esperança que nós Deputados de Oposição tínhamos hoje, e principalmente a classe dos professores aqui representados, era de que o requerimento fosse aprovado, bem como as emendas fossem acolhidas para todas as Comissões Técnicas, inclusive pela Comissão de Educação, e que nesta fossem dadas condições para que os representantes da APP pudessem fazer uma explanação aos Senhores Parlamentares e demonstrar claramente que nenhuma dessas emendas versavam sobre a parte financeira, porque sabemos que não podemos colocar emendas que venham, evidentemente, a contrariar o interesse do Projeto, principalmente na sua parte financeira. E se viemos aqui discutir as emendas baseados em estudos feitos através de assessorias e estudos feitos junto aos Senhores Professores, era porque na verdade, estas emendas iriam complementar e iriam valorizar ainda mais a mensagem de Sua Excelência o Senhor Governador.

Fica aqui o nosso registro; e, não diria até um repúdio, à classe, aos Parlamentares da Situação, mas fica aqui o nosso sentimento pela sua falta de sensibilidade, porque, afinal de contas até o momento, nesta Casa, sentiu-se que houve um desrespeito até ao Líder do Governo, que ontem dizia que era favorável a que as emendas fossem encaminhadas às Comissões e a que fossem ouvidos os representantes da APP. E no entanto, hoje, o que nós vimos, foi uma votação contrária, rejeitando esse requerimento.

Fica aqui a nossa posição e a certeza de que num futuro bem próximo ainda haverá tempo para os Senhores Parlamentares, que votaram contrariamente estas emendas, possam reparar o erro que cometeram contra a classe dos professores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Continua em votação o Projeto e as Emendas.

Em votação a Emenda nº 1, de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira. Em votação. Rejeitada.

Em votação as Emendas de nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira. Rejeitadas.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Apenas para esclarecer que a Deputada Amélia Hruschka votou favorável à emenda, pelo que pudemos notar aqui, porque permaneceu sentada.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência esclarece ao Plenário que em virtude da Liderança do PMDB ser majoritária e os Deputados da Oposição concordarem com o Líder na votação a Mesa olha sempre para o Líder do PMDB, assim como para o Líder da Oposição. É o esclarecimento que eu devia a esta Casa.

Emenda n° 8, de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira.

Em Votação. REJEITADA.

Emenda n° 9, de autoria dos Líderes da Oposição, Emenda Aditiva.

Em Votação. REJEITADA.

Emenda n° 10, de autoria dos Líderes da Oposição. Em Votação. REJEITADA.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - Solicito Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência será atendida e esta Presidência fará a devida verificação.

Deputados que aprovam a Emenda n° 10 de autoria dos Líderes da Oposição, nesta Casa, queiram levantar-se. Vinte e dois Senhores Deputados rejeitam. REJEITADA.

Emenda n° 11, de autoria dos Líderes das Oposições, nesta Casa.

Em Votação. REJEITADA.

Emenda n° 12, de autoria dos Líderes da Oposição.

Em Votação. REJEITADA.

Emenda n° 13, de autoria dos Líderes da Oposição. Em Votação. REJEITADA.

Emenda n° 14, de autoria dos Líderes das Oposições, nesta Casa.

Em Votação. REJEITADA.

Emenda n° 15, de autoria dos Líderes da Oposição, nesta Casa.

Em votação. REJEITADA.

Emenda n° 16, de autoria dos Líderes das Oposições nesta Casa. (Lê):

Ao artigo 4°... Em Votação. REJEITADA.

(Lê):

"Emenda n° 17, de autoria dos Líderes das Oposições nesta Casa:

Ao Artigo 1°...)

Em votação: REJEITADA.

(Lê):

"Emenda n° 18, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, devidamente apoiada: Fica assegurada aos Professores Especialistas...)

Em votação; REJEITADA.

(Lê):

"Emenda n° 19, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, devidamente apoiada:

Acrescente-se ao Artigo 1°...)

Em votação. Rejeitada.

Em votação o Projeto de Lei Complementar n° 53/87.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para Encaminhamento de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Para encaminhar a Votação, concedo a palavra ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Estamos na eminência da votação em 3.ª Discussão do Projeto de Lei Complementar n° 53/87, do Governo do Estado do Paraná, implantando definitivamente o Regime Diferenciado de Trabalho aos Professores do nosso Estado.

Faço este Encaminhamento de Votação, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, apenas porque com manobras hábeis pode ter-se tentado dar aos professores do Paraná, a impressão de que a Bancada do PMDB estivesse obstruindo a votação do presente Projeto de Lei, nesta Casa.

Hoje ainda, no encaminhamento da Emenda n° 1, ouvi o Deputado Algaci Túlio citar quando este Projeto de Lei entrou nesta Casa, tentando debitar-nos a demora na sua aprovação. Não quero aqui me demorar, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, mas, este Projeto, apenas no mês de maio começou a ter um andamento normal na Casa de Leis. A partir daí, conhecendo o processo legislativo, sabemos que, o mesmo é lido, anunciado e passado para as Comissões; depois foi encaminhando para a C.C.J., com indicação do Relator; com o seu parecer conclusivo, após isso, retornou à 1.ª Secretaria a qual o destinava à Comissão de Educação, ocasião em que é indicado o Relator, e numa nova reunião é dado o seu Parecer e assim sucessivamente em todas as Comissões por onde passou.

Ouso dizer, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, e Senhores Professores que estão nesta Casa, que no período de nosso recesso parlamentar do mês de julho, raros projetos passaram nesta Assembléia com a rapidez de tempo que esse mereceu, pois, nos primeiros dias do mês de agosto, já estava em pauta, para a 1.ª Votação.

Qual foi o comportamento da Bancada Peemedebista nesta Casa? Não poderia ter sido outro, de apoio incondicional a uma mensagem do Governador Álvaro Dias, instituindo definitivamente aquilo que foi o pedido de tantos anos dos professores do Estado do Paraná.

É verdade que muitas emendas aconteceram no curso da votação deste Projeto, como é verdade que estamos no dia de hoje, apenas por subterfúgio regimental, anali-

sando, estudando e votando as mesmas emendas que no dia de ontem em 2.^a Votação, vieram a este Plenário com Parecer contrário da C.C.J., e da Comissão de Finanças desta Casa.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, para que se faça sentir a presença da bancada peemedebista, preocupada com a aprovação o mais rápido possível do regime diferenciado de trabalho, é que inclusive solicitamos à nossa Bancada que fosse contrária ao requerimento do Deputado Algaci Túlio, que nada mais queria do que retirar de pauta uma vez mais esse Projeto, para enviá-lo novamente à C.C.J., para ter a Comissão e a APP a possibilidade de falar. Nunca lhe foi negado a oportunidade de falar, e este projeto esteve por mais de vinte dias retirado de Plenário por requerimento meu para ir às Comissões, e naquela oportunidade não foi convocada a APP para prestar os seus esclarecimentos. Venho, portanto aqui, Senhores Parlamentares e Senhores Professores num cumprimento de honra de nosso Partido, de implantar definitivamente o Regime Diferenciado de Trabalho, com orgulho e satisfação dizer ao Paraná que nesta sessão estará sendo votado em 3.^a Discussão, este Projeto. Há um requerimento na Mesa pedindo dispensa de Redação Final para que o Governador Álvaro Dias possa sancionar definitivamente esse Projeto, que é de interesse da classe inteira.

Se existem emendas, e melhorias, colocamos à disposição a nossa Bancada, bem como a Comissão de Educação, a Secretaria da Educação, o Governo do Paraná, para continuarmos discutindo junto com os professores aquilo que for possível de se melhorar nesse projeto.

Tenho compromissos, inclusive com o Professor Adir, que se fez aqui presente, de tentar a passagem de algumas dessas emendas por ato do Poder Executivo. Tenho compromisso com professoras, de tentarmos junto ao Governo e à Secretaria da Educação, melhorarmos esse projeto enviado pelo Governo do Estado do Paraná.

Agora, não nos move, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, a nós Bancada do PMDB, forjada na luta da defesa da classe dos professores, o temor de forçados pela rapidez de emendas que entram em Terceira Votação, votarmos contrariamente, por isso não significa que estejamos contrários aos pleitos dos professores do Paraná. Pelo contrário, estamos abertos para continuarmos discutindo com os professores paranaenses aquilo que possa melhorar a carreira dos mestres dos nossos próprios filhos.

Que não parem dúvidas para aqueles que aqui vieram, que o comportamento dessa Assembléia será medido nesse instante, on-

de será colocado em Terceira Votação o Projeto de número 53/87, instituindo o regime diferenciado de trabalho.

Nesta hora, vamos ver quem está a favor do professor e quem está contra, porque nesta ocasião é que o Projeto estará sendo votado. E os senhores, tenho certeza, sairão daqui com os votos unânimes da Bancada do PMDB, comprometida com a causa da educação, e comprometida com a sustentação do Governo Álvaro Dias que remete à Assembléia, uma antiga reivindicação dessa classe.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quando sei que a vontade de nossa Bancada seria a de votar o mais rapidamente possível, sem encaminhamento inclusive, o Projeto de Lei Complementar que está em votação agora, não podíamos deixar de fazer esse registro porque hoje ainda, numa entrevista do programa Canal Aberto, se não me foge a memória, do Canal 4, com Carlos Marassi, quando estávamos em entrevista, por telefone, recebemos uma pergunta do porquê da Bancada do PMDB estar retardando a aprovação deste projeto aqui na Assembléia.

Quero, portanto, que os Srs. representantes da APP, dos professores, que estão aqui, analisem agora, no instante em que vamos votar em Terceira Votação, o projeto que institui definitivamente o regime diferenciado de trabalho.

Analisem agora, o comportamento de quem está a favor e de quem está contra, porque a Bancada do PMDB, há longos anos, em muitas lutas, esteve ao lado dos professores, e não seria neste momento que iria se furtar do seu compromisso, quando o próprio Governo manda para esta Casa o cumprimento de um pleito tão antigo, dessa nobre classe que só engrandece o Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, e reafirmo a certeza de que o PMDB, por unanimidade, votará a favor da Lei Complementar n. 53/87, como continuará aberto para discutir com os professores suas possíveis melhoras que possam acontecer para essa laboriosa classe do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em votação o Projeto. Os Deputados que aprovam...

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso. Vossa Excelência tem dez minutos para encaminhar.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado Caíto Quintana, Líder da Bancada do PMDB, concluiu seu discurso chamando a atenção da Casa e de alguns dos Srs. professores que aqui se encontram,

para verificarem quem é contra e quem é a favor do magistério, da educação, e da melhoria do ensino. Quem está preocupado, destes Deputados, com o futuro do Paraná e do Brasil na formação de novas inteligências, no preparo do homem do futuro?

Ensinando o jovem melhor, preparando-o para um Brasil promissor, onde a crise que se vive e se arrasta há tantos anos, não persista por séculos e séculos. O caminho, todos sabemos, é a melhor posição de cultura do homem brasileiro, e quem faz, forja, reúne na cabeça do indivíduo essa condição de inteligência, é o professor. Todos sabemos disso.

Desgraçadamente este é um País que vive com dramas de ordem financeira e econômica maiores do mundo, e em função disso, eu creio, temos aí a mostrar os maiores índices de analfabetismo do mundo.

Eu sei, brilhante Deputado Caíto Quintana, líder da Bancada da Situação, que não se trata, nesta tarde, neste instante, ao votarmos em Terceira Discussão o projeto de lei, a mensagem do Sr. Governador, que estabelece e cria o Regime Diferenciado de Trabalho no magistério, quem é contra e quem é a favor.

Porque todos nós, de todas as Bancadas, somos a favor do professor, da educação, da melhoria do ensino e de sua condição de vida. E já falamos, ontem, que a nossa Bancada, - e me parece que toda a Oposição faz coro com Vossa Excelência -, quando diz que a mensagem em si, do Senhor Governador, é um grande passo para as conquistas e reivindicações do professorado.

Sabemos que o fato de termos professores, alguns com um padrão, outros com dois, quando têm muitos deles cursos até de aperfeiçoamento, e são distinguidos, são diferenciados quanto aos seus vencimentos. Esta lei, este projeto que será lei, vai fazer com que no Paraná os professores optem, escolham, se decidam qual será a sua carga horária, se 20, 30 ou 40 horas. É quase odiosa a discriminação que existe atualmente em função da própria lei.

Mas, Srs. Deputados, o que pretendia a Oposição, o que pretendemos, foi que a Bancada governista permitisse ainda agora em Terceira Discussão, que fossem melhor apreciadas, discutidas, pelo menos lidas e analisadas as emendas apresentadas. A intenção única da Oposição foi de procurar, através da discussão e da apresentação das emendas, um aperfeiçoamento da lei ou do projeto que se discute.

Por que não agora? O Deputado Caíto Quintana mostrou-se aberto ao diálogo e à discussão com a classe do magistério, após a votação do presente projeto. Ora, por que não fazê-lo agora? Era essa a grande oportunidade, porque muitas dessas emen-

das, Srs. Deputados, foram analisadas e estudadas cuidadosamente, com vagar, com a responsabilidade que tem, por exemplo, a Associação dos Professores do Paraná. O estudo em que se detiveram alguns dos Srs. Parlamentares da Oposição, procurando não só o atendimento das reivindicações do Magistério, mas com o aperfeiçoamento da lei, esse direito quase que foi negado, porque a bancada da Situação, a requerimento do seu Líder, encerrou a discussão nesta oportunidade.

Apenas para justificar, Srs. Deputados, que não era vã a nossa preocupação, há por exemplo, a emenda que previa e que estabelecia, fazia inserir no bojo da lei, a obrigatoriedade determinando prazo de 60 dias para que o Sr. Governador do Estado decretasse, regulamentasse a lei, cujo projeto votamos agora. Por quê? Porque, da mesma forma que esta Casa votou a Lei Complementar n. 32/86, publicada no Diário Oficial de 12 de dezembro de 1986, criando o Regime Diferenciado de Trabalho, e também dispunha que o Sr. Governador do Estado baixaria por decreto a regulamentação daquela lei dentro de 120 dias, o que não aconteceu.

Da mesma forma, Srs. Deputados, quanto a este projeto que acabamos de votar e que estamos votando em Terceira Discussão, pode acontecer o mesmo que aconteceu com a Lei n. 32/86. Já aconteceu, e não há nenhuma inconstitucionalidade nisso. Outras emendas se referiam ao Quadro Único do Poder Executivo. Essa também seria uma grande oportunidade de extinguir esses cargos, para que os ocupantes deste quadro único que devia ser e deve ser transitório, passassem aos quadros do magistério. E outras emendas tantas, como disse, todas recebendo a atenção responsável dos Srs. Parlamentares da Oposição, como também da Associação dos Professores do Paraná, num estudo acurado para que esse projeto, essa mensagem, tivesse aqui, através da discussão, o seu aperfeiçoamento.

Lembro ainda, ao concluir as minhas palavras, que a Bancada governista não podia se atemorizar e não podia ainda deixar de apreciar e votar algumas dessas emendas, que a Bancada entendesse justas, porque ainda há o recurso do veto do Sr. Governador. Se esta Casa ainda votasse nesta tarde, em Terceira Discussão, alguma emenda de iniciativa de Parlamentares desta Casa, e se contrariasse dispositivo constitucional ou os interesses maiores da Administração do Estado, ainda assim o Sr. Governador tem a competência de vetar. E isto não aconteceu!

Portanto, Srs. Deputados, é este o registro que deixamos aqui, nas palavras do Líder da Bancada, Deputado Caíto Quintana, compreendendo que todos estamos preocupa-

dos com a sorte da educação do Paraná. Mas seria, repito, uma grande oportunidade para que a Bancada governista discutisse e aceitasse as propostas feitas pela Oposição e pelos representantes dos professores do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em votação o Projeto de Lei n. 53/87. - **Aprovado por unanimidade.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 246/86, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE REALEZA - APAE, com sede na cidade de Realeza, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 56/87, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que institui a Loteria Esportiva do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.I.C., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por dez sessões, do Projeto de Lei n. 56/87. - **Aprovado.** Fica, portanto, retirado por dez sessões, o Projeto de Lei n. 56/87.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 108/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CASCAVEL, com sede e foro no Município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 120/87, de autoria do Deputado ANTÔNIO BÁRBARA, que declara de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MARIALVA, com sede e foro no Município de Marialva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 141/87, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE FAXINAL - APAE, com sede e foro na Cidade de Faxinal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 76/87, de autoria do PODER EXE-

CUTIVO, (Mensagem n. 48/87), que inclui no Art. 260, da Lei n. 6174, de 16.11.70, alterada pela Lei n. 7421, de 17.12.80, um inciso III, dispondo que, pelo falecimento de funcionário portador de doença profissional constatada em perícia médica, assegurar-se-á à viúva e filhos do mesmo, pensão calculada, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.R.H. e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - **Aprovado.** (Public. no D.A. n. 57, de 28.05.87, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 76/87

P A R E C E R:

O Poder Executivo, nos exatos limites de sua competência, propõe a este Legislativo o Projeto de Lei em exame, com o qual intenciona a concessão de pensão especial a viúvas de servidores que tenham falecido vítimas de doença profissional, constatada por perícia médica, mesmo após aposentados.

Essa medida já foi objeto de legislação pretérita, posteriormente revogada.

Sob todos os aspectos, a intenção é meritória e não encontra qualquer obstáculo de natureza legal ou constitucional que obstaculize a pretensão.

Ademais, a justificativa que acompanha o plano de lei, bem claramente reflete sua condição social e humana, sendo desnecessária qualquer outra apreciação mais aprofundada.

Nestes termos, manifestamos nossa opinião FAVORÁVEL à apreciação dessa matéria. Sala das Comissões, em 09.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
ERONDY SILVÉRIO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N. 76/87

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, tem origem no Poder Executivo, e propõe a "concessão de pensão especial a viúvas de servidores que tenham falecido vítimas de doença profissional, constatada por perícia médica, mesmo após aposentados.

A intenção do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, ao incluir um inciso III, no Art. 260, da Lei n. 6174, de 16.11.70, e alterado pela Lei n. 7421, de 17.12.80, com a proposta acima, é o de corrigir uma injustiça com as pensionistas do Estado.

Trata-se de um procedimento, visto por esta Comissão de Finanças, de elevado alcance social e humanitário, e tendo sido julgada como legal e constitucional pela CCJ, somos de parecer FAVORÁVEL à apreciação dessa matéria.

Sala das Comissões, em 18.06.87.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente

ALEXANDRE CERANTO - Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 76/87

PARECER:

Oriundo do Poder Executivo, Mensagem n. 48/87, o presente plano de lei tem por finalidade a concessão de pensão especial a viúvas de servidores que tenham falecido vítimas de doença profissional, constatada por perícia médica, mesmo após aposentados.

Sobre a matéria, houve os pronunciamentos favoráveis das doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, não há nada que obste a tramitação do referido projeto de lei nesta Colenda Casa, razão pela qual opinamos FAVORAVELMENTE à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(a) NELSON VASCONCELLOS - Presidente
VALDERI MENDES VILELA - Relator.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER:

A Mensagem n. 48/87, anexo Projeto de Lei n. 76/87, do Poder Executivo, que prevê a concessão de pensão especial a viúvas de servidores, que tenham falecido vítimas de doença profissional, constatada por perícia médica, mesmo após a aposentadoria.

A Lei Complementar Estadual n. 6174/70, no seu artigo 260, foi alterada através da Lei 7421, de 17 de dezembro de 1980, inciso III. A medida ora proposta, já foi adotada pela União, através da Lei Federal n. 6782, de 19 de maio de 1980, equiparando doença profissional e acidente em serviço de que resultou morte, para efeito de concessão de pensão especial.

O projeto de lei ora proposto, é de grande alcance social, e traz benefícios aos funcionários atuais e àqueles já aposentados. Tendo sido analisado e julgado pelas demais Comissões, somos de PARECER FAVORÁVEL à sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 21.08.87.

(aa) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

Presidente

JOSÉ FELINTO - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 124/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, com sede e foro na Cidade de Pinhão, Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 75, de 30.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 124/87

PARECER:

O nobre Deputado Artagão Mattos Leão vem apresentar projeto de lei que leva o número 124/87, através do qual pretende seja declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pinhão, com sede e foro no referido Município.

Analisando a proposição, constata-se que a mesma está em condições de ser aprovada, uma vez que não há óbice legal ou constitucional que o impeça.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 18.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 136/87, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que declara de Utilidade Pública o CENTRO DE RECUPERAÇÃO VIDA NOVA - CERVIN, com sede e foro na Cidade de Rolândia. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 77, de 03.08.87.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 136/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Homero Oguido, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública o Centro de Recuperação Vida Nova - CERVIN, com sede e foro na cidade de Rolândia.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 01.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 138/87, de autoria do Deputado NILTON BARBOSA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS NÚCLEOS ARTESANAIS DE VIZINHANÇA, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 79, de 06.08.87.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 138/87

PARECER:

O Projeto de Lei n. 138/87, de autoria do nobre Deputado Nilton Barbosa, tem por finalidade seja declarada de Utilidade Pública a Associação dos Núcleos Artesanais de Vizinhança, com sede e foro no Município de Curitiba - Paraná.

A matéria é regulamentada pela Lei n. 6994, de 10.01.78, que estabelece as exigências legais para sua efetivação. O projeto, examinado sob esses parâmetros, se encontra devidamente instruído com a aneção dos documentos exigidos pela aludida legislação, ou seja, Ata da Fundação da Entidade, Estatuto, Relatório das atividades, finalidade a que se propõe, sem fins lucrativos.

Nessas condições, o nosso parecer é Favorável para sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 144/87, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que declara de Utilidade Pública o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BENEFICENTE ESTRELA DA MANHÃ - SASBEM, com sede e foro na cidade de Jaguariaíva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 80, de 10.08.87.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 144/87

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado José Felinto, objetiva que o Serviço de Assistência Social Beneficente Estrela da Manhã - SASBEM, com sede e foro na cidade de Jaguariaíva, Paraná, seja declarado de Utilidade Pública.

O processo vem instruído de acordo com as exigências legais decorrentes da Lei n. 6994, de 10.01.78, aplicável à espécie, anexando, em seu bojo, as peças necessárias, ou seja Ata da Fundação da Entidade, Estatuto, Relatório das atividades, e os objetivos de caráter social e filantrópico, sem fins lucrativos.

Por essas razões, inexistem óbices para seu prosseguimento por esta Casa de Leis, bem como sua aprovação.

O PARECER É FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 25.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 147/87, de autoria do Deputado VALDERI MENDES VILELA, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE ALBERGUE NOTURNO DE BANDEIRANTES, com sede e foro no Município de Bandeirantes. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 80, de 10.08.87.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 147/87

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria

do nobre Deputado Valderi Mendes Vilela, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Sociedade do Albergue Noturno de Bandeirantes, com sede e foro no Município de Bandeirantes.

Ao analisar o mesmo, vemos que a referida entidade encontra-se de acordo com os ditames da lei n. 6994, de 10.01.78, que dita as normas para declaração de Utilidade Pública, já que foi devidamente inscrita no Cartório do Registro Civil e de Títulos e Documentos nos anos de 70, tendo conseqüentemente personalidade jurídica há mais de um ano e que está em efetivo exercício junto à comunidade de maneira não interessada, ou seja, não tem fim lucrativo e que presta assistência à população carente da cidade e Bandeirantes e das cidades circunvizinhas.

Assim sendo, nada encontra esta Comissão de Constituição e Justiça que possa impedir a legal tramitação do mesmo nesta Augusta Casa de Leis.

Isto posto, opinamos FAVORAVELMENTE à Aprovação do Projeto de Lei n. 147/87.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
DAVID CHERIEGATE - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 149/87, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a AÇÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DO PILAR, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 80, de 10.08.87.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 149/87

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Ação Social Nossa Senhora do Pilar, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa - Paraná.

Visto que foram supridas as exigências da Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria, e não havendo nenhum óbice de natureza constitucional, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 01.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente
CÂNDIDO BASTOS - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 151/87, de autoria do Deputado Antônio Belinati, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor José Augusto Correia Sandreschi. Com PARECER FAVORÁVEL

da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**
(Public. no DA. n. 81 de 11.08.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 151/87

PARECER:

O presente Plano de Lei, de autoria do Deputado Antônio Belinati, tem por finalidade conceder Título de Cidadão Honorário do Paraná a José Augusto Correia Sandreschi.

Este Plano de Lei está devidamente justificado conforme preceitua o Regimento Interno, e sua legalidade, está embasada na Lei n. 5.638, de 13/09/67, que regulamenta as condições essenciais para a concessão de título de cidadania paranaense.

Constitucionalmente, não existe óbice que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é **FAVORÁVEL**, opinando-se pela sua **APROVAÇÃO**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente

VALDERI MENDES VILELA
Relator

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -
Sobre a mesa requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana constante do expediente, solicitando dispensa da Discussão e Votação da Redação Final para o Projeto de Lei n. 219/87, que não sofreu emendas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Antônio Luiz Teixeira, Ceres Marli Gottardi Gobb Teixeira e Felipe Teixeira, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ernesto Degraf, ocorrido no dia 29 de setembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Abílio Simionato, ocorrido no dia 28 de setembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Saul Caldas, ocorrido no município de Campo Mourão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Marli Gottardi Teixeira, Antônio Luiz Teixeira e Felipe Gottardi Teixeira, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Hospital Bom Jesus, do Município de Ponta Grossa, pela passagem do 25º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, viabilizando a ampliação da rede telefônica para o Distrito de Ivatê, no Município de Umuarama. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, pleiteando a pavimentação de diversas estradas rurais, no Município de Alvorada do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando envio de expediente ao Senhor Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, viabilizando a doação de um microônibus para a Prefeitura Municipal de 1º de Maio, para transportar alunos da zona rural para assistirem aulas na sede do Município. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo a doação de uma ambulância para o Instituto Médico Legal do Município de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Política Habitacional encarecendo a construção de 200 casas na sede do Município de 1º de Maio, 50 casas na sede do Distrito de Ibiaci e 50 no Distrito de Vila Ghandi, ambos no Município de 1º de Maio. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, pleiteando a construção de Delegacia de polícia e alocação de uma viatura, para a Polícia Militar no Município de Assaí. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde, encarecendo seja destinado um gabinete dentário para o posto de Saúde do Município de Assaí. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, visando a implantação de Escola Profissionalizante no Município de 1º de Maio. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Comunitária, encarecendo a doação de uma vaca mecânica para a Prefeitura do Município de Centenário do Sul. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde, viabilizando a implantação de laboratório de análises clínicas no Posto de Saúde do Município de 1º de Maio. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, viabilizando a destinação de Cz\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzados), para o Município de 1º de Maio. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, da matéria intitulada "O Visconde de Laguiche", publicada no Jornal "A Gazeta do Povo", desta Capital. **Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte ligando o Município de Capanema ao Município de Argentino de Almirante Bruhn. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do expediente, solicitando a inserção nos Anais desta Casa dos documentos que embasaram o "II Fórum de Debates sobre Suinocultura" realizado no Município de Pato Branco, bem como o registro do Documento-Síntese onde se configuram as considerações. **Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria deixa de ser publicada por falta de documentação anexa).**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcântara, constante do

expediente, solicitando a transcrição nos Anais desta Casa, do pronunciamento do Senhor Presidente deste poder proferido por ocasião dos trabalhos de abertura do "II Fórum de Debates sobre Suinocultura" realizado no Município de Pato Branco. **Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Presidente do Tribunal de Justiça e Governador do Estado, objetivando a elevação da Comarca de Umuarama para Entrância Final. **Em votação.**

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a normalização do abastecimento de água no Bairro Aeroporto, no Município de Jacarezinho. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Antônio Setti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, com vistas à minimização do problema de abastecimento de água no Município de Jacarezinho. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da estrada que liga o Município de Iretama a Luiziana passando por Marilu e Rio Peixinho. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Política Habitacional e Diretor Presidente da COHAPAR, encarecendo a construção de 50 casas populares, através do Sistema Financeiro de Habitação, no Município da Lapa. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da COHAB-CT, pleiteando a construção de casas populares no Município de Colombo. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Valderi Mendes Vilela, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Município de Salto do Itararé, pela passagem do aniversário de emancipação política. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Comunidade Israelita, pela celebração do Ano Novo Judeu e pela celebração do Dia do Perdão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente, solicitando o reexame da C.C.J., sobre o Projeto de Resolução n. 51/87, (Projeto de Lei n. 32/86). **Aprovado.**

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria que se repetisse o teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Requerimento do Deputado Cândido Bastos.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Declino.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Haroldo Rodrigues Ferreira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência Social, encarecendo a instalação de uma Representação da Previdência Social no Município de Marmeleiro. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando seja prorrogado por 20 dias, a partir de 06 de outubro do corrente ano, a CPI, da Merenda Escolar da FUNDEPAR, para as conclusões do relatório final. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão, no projeto de Mutirão Habitacional, do Município de Floreal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão, no projeto de Mutirão Habitacional, do Município de Atalaia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao

Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão, no projeto de Mutirão Habitacional, do Município de Lobato. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão, no projeto de Mutirão Habitacional do Distrito de Iguaçu, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão, no projeto de Mutirão Habitacional, do Distrito de Florianópolis, no Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, do Município de Uniflor. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Gazeta do Povo, pela conquista do Prêmio "Mérito Lojista 1987" - Área de Comunicação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a concessão de uma linha circular do Município de Francisco Alves até o Distrito de Cafezal. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Previdência Social, encarecendo medidas de amparo e benefício ao trabalhador rural, com aposentadoria não inferior ao salário-mínimo. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do IBC, encarecendo medidas com respeito ao armazenamento de café na região do Município de Maringá. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Werner Wanderer, constante do envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica da rodovia que liga os Municí-

Curitiba, terça, em 29.09.87

prios de Marechal Cândido Rondon a Toledo, via Dois Irmãos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor-Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, manifestando apoio à reivindicação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais, para que seja dada nova redação ao art. XII da Resolução n. 1389 do Banco Central, que dispõe sobre o congelamento das operações de crédito com o setor público de saneamento. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Senhor Presidente da Itaipu Binacional, encarecendo a interferência junto ao Ministério do Exército, para que este retire as tropas da entrada da Empresa, no Município de Foz do Iguaçu. Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente, solicitando o envio de telex ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo providências para fazer cessar a repressão por parte da Polícia Militar ao movimento dos trabalhadores na construção civil das empreiteiras da Itaipu-Binacional, no Município de Foz do Iguaçu. Rejeitado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Solicito a verificação de votação, só 5 Senhores Deputados levantaram.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Vossa Excelência, esta Presidência discorda com o número levantado por Vossa Excelência, porém, democraticamente, fará a verificação solicitada por Vossa Excelência.

Deputados que aprovam o Requerimento ...

O SR. PAULINO JOSÉ DELAZERI - (Pela Ordem)
Eu pediria a releitura do Requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência determina a Senhora Primeira Secretária que faça a leitura do REQUERIMENTO.

(A SENHORA 1.^a SECRETÁRIA PROCEDE A LEITURA DO REQUERIMENTO).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Atendendo a solicitação requerida pelo Deputado Pedro Tonelli, Senhores Deputados que votam a favor do Requerimento, queiram levantar-se.

Seis Senhores Deputados Aprovam.

Senhores Deputados que rejeitam, vinte e dois Deputados rejeitam. Rejeitado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando seja formada uma Comissão de 8 membros deste Poder, para atuar como observadora no Município de Foz do Iguaçu, tendo em vista os recentes acontecimentos envolvendo trabalhadores e forças do Exército Nacional. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Para discutir Senhor Presidente.

O SR. PAULO FURIATTI - (Pela Ordem) Matéria vencida, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência apela aos Senhores Líderes das Bancadas que façam as indicações dos referidos membros das Bancadas que irão a Foz do Iguaçu, de acordo com o requerimento aprovado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Nós indicamos, oralmente, e faremos chegar à Mesa os nomes dos Deputados Nereu Carlos Massignan, Paulo Furiatti, Haroldo Rodrigues Ferreira, Raul Lopes e Paulino José Delazeri.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Esta Presidência anotarà a determinação de Vossa Excelência.

Esta Presidência recebe a indicação do Deputado Antônio Belinati, que indica, para fazer parte da Comissão que irá a Foz do Iguaçu, o Deputado Valderi Mendes Villela.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Pública desta Casa, encarecendo a programação de uma visita à Delegacia de Polícia do Município de Umuarama, visto o estado de calamidade que se encontra aquele órgão do Estado. Em votação.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria da Sra. Depu-

tada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, encarecendo auxílio financeiro para a Creche "Sagrada Família", do Município de Campo Mourão. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente da FASPAR, encarecendo auxílio financeiro para a creche "Negrinho do Pastoreiro", no Município de Boa Esperança. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 27º aniversário da emancipação política-administrativa do Município de Mamborê. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de aplauso ao Sr. Amauri Ançai, por ter sido escolhido o "Operário 87 Paraná". **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do dia da Secretária, ocorrido no dia 30 de setembro do corrente ano. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a destinação de uma ambulância devidamente equipada, para o Município de Cambira. - Em votação.

UM SR. DEPUTADO - (Pela Ordem) Para discutir Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Costenaro Neto, constante do expediente, solicitando o envio ao Sr. Diretor-Presidente da Café do Paraná, encarecendo a concessão por determinado período, de um trator de esteiras para o Município de Kaloré. Em Votação.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Adia-se a discussão para a próxima sessão na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputa-

do Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações detalhadas sobre o montante da dívida interna e externa do Estado do Paraná. **Rejeitado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Saúde e Secretário da Saúde, encarecendo uma fiscalização eficaz no controle do processo de industrialização de soros líquidos utilizados nos hospitais. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) - O Requerimento anterior, foi votado com base em que, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Com base na maioria da Bancada Governista nesta Casa, Deputado.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura e Abastecimento, encarecendo a criação de um programa que vise a orientação do agricultor para evitar-se o uso indiscriminado de fertilizantes. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Valderi Mendes Vilela, Basílio Zanusso e de demais Srs. Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário de Segurança, para que compareça dentro dos próximos 10 dias, perante o Plenário desta Casa Legislativa a fim de prestar informações e esclarecimentos sobre a real situação da Segurança Pública do Estado do Paraná. **Retirado pelo autor.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, solicitando a dispensa da Discussão e Votação da Redação Final para todos os Projetos aprovados na Sessão de Hoje, em 3. Discussão e que não sofreram emendas nas suas tramitações. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário de Segurança Pública e ao Prefeito Municipal de Maringá, encarecendo estudos no sentido de se levantar os problemas de segurança pública no Município de Maringá. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Concedo a palavra, pelo Ordem, ao Sr. Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Sr. Presidente, apenas para esclarecer uma dúvida.
Há uma preocupação do ilustre Deputado do PT, eis que o mesmo pretende ingressar nessa Comissão de Foz do Iguaçu, mas a sua Bancada não tem como indicar porque ele é o único componente da mesma Bancada.

Então, eu gostaria de um esclarecimento: como é que fica essa posição?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem).

Eu solicitaria que V.Exa. consultasse o Regimento da Casa, atendendo a Questão de Ordem do ilustre Deputado Dirceu Manfrinato.

Gostaria eu de cumprimentar V.Exa. pela forma imparcial, posso dizer, que não é comum nesta Casa, como presidiu o trabalho desta Sessão particularmente quanto ao Projeto que criou o Regime Diferenciado de Trabalho do Magistério, porque, tendo ele, em 3. Discussão, inúmeras emendas, V.Exa. procedeu à leitura de cada emenda de forma clara, para que cada Deputado entendesse o conteúdo de cada uma delas, e para que nós votássemos ou nos manifestássemos conforme a vontade, o desejo e a condição política de cada um nesta Casa.

Feito este registro, eu gostaria também que a Comissão Executiva se pronunciasse acerca de um pedido que vários Deputados fizeram e dentre eles eu, para que, as Sessões da Casa realizadas as quintas-feiras, e que foram antecipadas para o período matutino, voltassem ao período regimental, isto é, à tarde.

A Presidência encaminhou a nossa solicitação à Comissão Executiva, e ela não se pronunciou, até o momento.

Eu gostaria que na oportunidade devida a Mesa se pronunciasse acerca da solicitação.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência agradece as palavras elogiosas do Líder do PFL a esta Presidência, e responde a Vossa Excelência dizendo que estou apenas cumprindo a obrigação de ser um Presidente democrático e que cumpre o Regimento Interno. Não tenho presidido todas as Sessões por muitas obrigações não só políticas, parlamentares, mas também como representação externa - fora da Assembleia - e através da obrigação de administrar esta Casa, também. E quanto a solicitação do requerimento, esta Presidência

colocará amanhã em votação o requerimento do qual Vossa Excelência é o autor.

O Sr. Algaci Túlio - (Pela Ordem) - No mesmo sentido Presidente, a Bancada do PDT e em especial este Parlamentar, também quer registrar o nosso voto de alegria e de contentamento por ver que nesta tarde, esta Casa, sem qualquer outro interesse, agiu imparcialmente, dando a todos nós, Parlamentares, o direito que nos cede o Regimento Interno para que pudéssemos discutir as emendas de um Projeto de suma importância para a classe dos professores. Esta discussão, é bom que se ciga, veio engrandecer mais ainda esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência agradece a Vossa Excelência.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Sr. Presidente, Srs. Deputados, com todo respeito que eu tenho ao Deputado Basílio Zanusso, meu particular amigo, posso tratá-lo assim pela intimidade e pelo respeito que tenho pelo mesmo, mas parece-me que já é tradição nesta Casa as reuniões às quintas-feiras pela manhã, e nós que moramos a quase 500 quilômetros daqui dedicamos sempre as quintas-feiras para sair de viagem para visitarmos as nossas bases eleitorais, e voltamos no domingo. Então eu gostaria que amanhã, quando esse requerimento fosse colocado em pauta, com todo o respeito que eu tenho ao Deputado Basílio Zanusso, que nós analisássemos profundamente para que os Deputados que moram longe, os Deputados que estão em Curitiba, como os Deputados Algaci Túlio, Pirajá Ferreira, Haroldo Rodrigues Ferreira, que moram aqui, e realmente têm condições de trabalhar as suas bases. Agora, nós que moramos longe, e como os demais Deputados que estão aqui, eu gostaria que a minha Bancada rejeitasse, pois nós, os Deputados: Caíto Quintana, Homero Oguido, temos que estar sempre viajando, assim como os Deputados Dirceu Manfrinato, Antônio Bárbara, Nilton Barbosa, de Alto Piquiri, a Deputada Iron-di Pugliesi ficaríamos sem cuidar da microrregião de cada um. O próprio Presidente também tem que fazer as suas viagens; o próprio Deputado Basílio Zanusso tem que estar constantemente em Nova Esperança, atendendo a sua região, ele, que foi o Deputado mais votado em Nova Esperança.

Nova Esperança precisa dele, como Prefeito, com certeza, agora, nas próximas eleições. O Deputado Antônio Costenaro, de Jandaia do Sul e o Deputado Pedro Tonelli também fazem suas viagens. Eu gostaria já

antecipadamente, Deputados Basílio Zanusso, Lindolfo Júnior, que está em Maringá, também candidato a Prefeito de Maringá; Deputado Eduardo Baggio, Deputada Vera Agibert; Deputado Antônio Belinati; os pés vermelhos lá do Norte do Paraná, que estão chegando aqui. Eu pediria ao Deputado Basílio Zanusso que entendesse que nós precisamos das nossas bases, bem como o Deputado José Felinto, mas ele é de Curitiba. Então eu pediria aos ilustres Deputados que votassem contra esse requerimento, por favor, porque de segunda a quinta, nós estamos aqui todos os dias, todos os dias trabalhando pelo Paraná, agora, na quinta-feira, eu pediria que as sessões fossem pela manhã e que nós viajássemos à tarde para nossas bases.

Era só, Sr. Presidente, muito obrigado pela paciência, era só, Srs. Deputados, muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 30, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 246/86, 108, 120 e 141/87.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 76/87; e dos Projetos de Lei n.ºs 124, 136, 138, 144, 147, 149 e 151/87.

Marcando ainda, uma Sessão Ordinária, para quinta-feira, dia 1.º, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 153 e 154/87.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 162/87; e do Projeto de Resolução n.º 54/87.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO LAURO LOBO ALCÂNTARA, EM SESSÃO DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1987.

DISCURSO DO DEPUTADO ESTADUAL
ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI - PATO BRANCO -
25-09-87.

II FÓRUM DE DEBATES EM SUINOCULTURA

Excelentíssimo...

Excelentíssimo...

Minhas Senhoras, Meus Senhores.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a qual tenho imenso orgulho em presidir, sente-se honrada em poder se fazer presente em tão significativo evento, pois é inegável a importância da suinocultura paranaense no contexto econômico nacional.

O rebanho suíno brasileiro, com cerca de 33 milhões de cabeças, é o quarto do mundo em número, no entanto, o seu nível de desempenho está aquém da sua posição quantitativa.

A Associação Brasileira de Criadores de Suínos, quando da realização do 2.º SEMINÁRIO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA SUINOCULTURA, realizado em outubro de 1986, em Fortaleza, Ceará, apresentou dados técnicos do desempenho deste setor, onde entre outros índices, se registrou que a taxa de desfrute dos estados de suinocultura mais tecnificada (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo), é da ordem de 80%.

Ao se levar em conta que o desfrute do rebanho suínico brasileiro é de 50%, e que os rebanhos mais avançados zootecnicamente, como a INGLATERRA, ALEMANHA, DINAMARCA, ESTADOS UNIDOS, FRANÇA, HUNGRIA, etc., chegam a alcançar taxas de desfrute superiores a 150%, verificamos que a nossa situação ainda prescinde de grandes avanços.

Some-se à questão do baixo desfrute as constantes interveniências negativas que o setor sofre, mormente causadas pela ineficiente política agrícola vigente neste País, leva-nos a uma incessante preocupação, razão pela qual, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através do seu Bloco Parlamentar Agropecuário, tomou a iniciativa e o encargo de realizar este II FÓRUM DE DEBATES SOBRE A SUINOCULTURA.

A nossa satisfação se renova e se duplica, primeiramente, por ver e acompanhar de perto as preocupações e o desempenho com que o Bloco Parlamentar Agropecuário vem tratando dos problemas enfrentados pelos suinocultores deste Estado, e em segundo lugar, pelo prazer que sinto em ver realizar-se este II FÓRUM, em terra da qual, com muito orgulho, somos filho. Parabênizo os organizadores deste FÓRUM DE DEBATES, nas pessoas dos Deputados Estaduais LAURO LOBO ALCÂNTARA e ORLANDO PES-SUTI, este último, Coordenador do Bloco Parlamentar Agropecuário.

Também, agradecemos, de público, o importante apoio que prestam a esta realização, Sua Excelência, o Prefeito Municipal, Senhor ASTÉRIO RIGON, e o Digníssimo Presidente da Associação Paranaense dos Suinocultores, Senhor JOÃO LUIZ SEIMETZ.

A significativa participação que teremos de ilustres conferencistas, conforme

consta do programa deste evento, somadas ao debate e questionamento que será levantado pelos produtores e técnicos presentes, por certo que nos permitirá apresentar ao Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, Doutor OSMAR DIAS, as principais causas que limitam e impedem o mais rápido desempenho da suinocultura paranaense.

Ao encerrar estas breves palavras, desejo cumprimentar a todos, em especial a esta nobre classe dos suinocultores, augurando um dia de proveitoso trabalho e profícuas realizações.

Com a Graça de Deus, declaro aberto o
II FÓRUM DE DEBATES EM SUINOCULTURA.

Muito obrigado!

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO DOMINGOS SCARPELLINI, EM SESSÃO DO DIA 29 DE SETEMBRO DE 1987.

VETERANA VERBA

O VISCONDE DE LAGUICHE

David Carneiro

Desde a década dos vinte, no presente século, conheço e admiro o visconde Charles de Laguiche, que encontrou no Paraná as terras que procurava para o estabelecimento de uma fazenda de criação que pudessem satisfazê-lo plenamente.

Tendo feito a primeira guerra mundial em que foi ferido, andou pelos Estados Unidos, México e Canadá bem como outros países da América do Sul em busca das terras especiais com que sonhava. Aqui em Cândido de Abreu, no interior do nosso Estado, encontra finalmente o que ambicionava e acomodou-se, trabalhando para deixar a fortuna que acumulasse, nas mãos de um de seus sobrinhos que deixaria como seu herdeiro universal.

Conheço o Sr. Charles de Laguiche há muitos decênios, e em 1954, já depois da segunda guerra mundial (em que os Laguiche perderam vários de seus ilustres membros), originários da Bourgogne, ou do Charolais, onde possuem o castelo de Chaumont (e onde possuíam a base material de sua ilustre existência), fomos visitá-los em seu país, e conhecemos em Paris muitos membros da sua ilustre família.

Acaba de falecer aos 94 anos de idade, esse ilustre nobre francês que há muitos anos não sai de sua propriedade (Harmonia) nem sequer para rever alguns dos membros de sua ilustre família que até bem pouco tinha como chefe natural um general da arma de artilharia que era seu genitor ilustre.

Aqui no Paraná muitas vezes me visitou para obter a clarificação da sua propriedade, o que o ajudei a fazer como pude, levando-o à presença do Sr. Manoel Ribas e

apresentando-o aos secretários de que dependia, e que puderam satisfazê-lo plenamente.

O Visconde era um homem de hábitos morigerados (e não pessoa das mais abertas) de maneira que por ele mesmo fui sabendo de seus antepassados (um dos quais escapou da guilhotina em 1794), mas não tive conhecimento pela sua boca de coisas que pudessem glorificá-lo. Sei todavia, que mereceu todas as comendas normais, (distribuídas pelo seu país aos seus cidadãos que cumprem seus deveres), o que corresponde à garantia de que foi um homem ilustre e chegou ao posto de capitão na primeira guerra, embora não se houvesse tornado célebre (como outros seus concidadãos) por atos excepcionais.

Homem culto e grandemente lido, estava ao nível dos preconceitos admitidos em sua época, e os discutia com certo entusiasmo, aproximando-se ou se afastando das correntes discutidas e em voga. Era conservador como são em geral os nobres franceses, e católico liberal, o que facilitava sua vida em nosso interior como fazendeiro e homem de largas posses. Seu sobrinho, também conservador e herdeiro universal, fez a segunda guerra com brilho e substituirá o tio na vida que deva levar daqui por diante.

De início os membros da família Laguiche vinham satisfazer a sua curiosidade vendo a grande propriedade preciosa que Carlos Laguiche comprara. Vieram a irmã, princesa de Merode da corte belga e o marido. Foram dias muito agradáveis em que na casa de meus pais (onde eles ficaram hospedados) a língua oficial foi a francesa. Tivemos também que levá-los a ver a estrada de ferro inaugurada em 1884 e que ficou ligando Paranaguá a Curitiba, voltando pela Graciosa.

Daqui foram todos para Cândido de Abreu, além de Ponta Grossa.

Nesses dias de 1928 as nossas rodovias eram extremamente precárias, e as pequenas viagens eram verdadeiro sofrimento, espécie de demonstração de ânimo excepcional que os parentes mostravam ao Visconde de Laguiche, admirando a sua coragem e seu ânimo verdadeiramente digno de aplausos.

Enquanto príncipes e figuras da nobreza francesa chegavam ao Paraná e iam ao nosso interior, então completamente selvagem, os amigos brasileiros que tanto os admirávamos não nos animávamos a arrastar os pequenos inconvenientes do simples desconforto para sentir como o Visconde vivia em sua propriedade, e para gozar de sua companhia com intensidade.

Nos últimos tempos e por anos a fio não nos encontramos.

Creio que há mais de quinze anos ele não vinha a Curitiba, onde ele e sua famí-

lia têm propriedades, mostrando grande confiança no futuro do Brasil, com todos os inconvenientes monetários que são fáceis de verificar e de sentir, muitas vezes na própria pele.

O Visconde viu e sentiu a chamada "república velha" contra a qual toda a gente se manifestava, mas ele não, sempre colocado em discreta expectativa. O Visconde assistiu à chamada Revolução de 1930, mas nunca foi dele entusiasta, nem admirador do Sr. Getúlio Vargas.

Viveu o Visconde o suficiente para

sentir que a senãoide de evolução procuraria fazer voltar a estabilidade brasileira à primitiva situação que a nossa in experiência e deficiência de visão não podíamos devidamente compreender, suportando com a tolerância admirável dos europeus e vendo a vida política por outro prisma. Há poucos dias faleceu o nosso querido e admirável visconde Carlos de Laguiche e não pudemos prestar-lhe uma homenagem mais profunda do que a nossa crônica veterana e desambiciosa.